



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS EXATAS E DA NATUREZA
DEPARTAMENTO DE GEOCIÊNCIAS

JOSILENA OLIVEIRA TARGINO DA SILVA

**OS MOVIMENTOS SOCIAIS NO CAMPO DA PARAIBA:
A ATUAÇÃO DO MOVIMENTO DOS TRABALHADORES
RURIS SEM TERRA (MST) EM JOÃO PESSOA**

João Pessoa – PB 2015

JOSILENA OLIVEIRA TARGINO DA SILVA

**OS MOVIMENTOS SOCIAIS NO CAMPO DA PARAIBA:
A ATUAÇÃO DO MOVIMENTO DOS TRABALHADORES
RURAIS SEM TERRA (MST) EM JOÃO PESSOA**

Monografia apresentada ao Curso de Geografia da Universidade Federal da Paraíba como pré-requisito para obtenção do grau de bacharel em Geografia.

Orientador: Prof^o. Dr^o. Marco Antonio Mitidiero Júnior

JOSILENA OLIVEIRA TARGINO DA SILVA

**OS MOVIMENTOS SOCIAIS NO CAMPO DA PARAIBA: A ATUAÇÃO DO
MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA (MST) EM
JOÃO PESSOA**

Esta monografia foi julgada e aprovada para obtenção do grau de bacharel em Geografia pela Universidade Federal da Paraíba.

Aprovada em.

BANCA EXAMINADORA

Prof^o Dr^o Marco Antonio Mitidiero Júnior (Orientador)
Departamento de Geociências/Campus I/UFPB

Prof^a Dr^a Valéria Raquel Porto de Lima (Membro Interno)
Departamento de Geociências/ Campus I/UFPB

Mestranda Aurelane Alves Santana (Membro Externo)
UFPB

A *Deus*, que é o nosso refúgio e
fortaleza!

Ao meu pai **José Targino** *in memória*
que mesmo não estando mais
conosco, esteve presente através das
suas palavras de força e de carinho e a
minha mãe **Maria José Oliveira da
Silva**, sempre presente e me
incentivando a não desistir.

DEDICO

AGRADECIMENTOS

A *Deus*, Que é o Senhor de todas as coisas e que nos guia constantemente, nos permitindo alcançar coisas inimagináveis. Senhor obrigada, pela sabedoria, força e perseverança que tens bondosamente me concedido. Sem a presença do Senhor em minha vida nada disso seria possível! Ao Senhor toda honra e toda glória!

Agradeço profundamente as pessoas que me ensinaram os valores mais importantes da vida: meus pais *José Targino da Silva*, in memória, que esteve presente em minha vida por muito pouco tempo, mas que deixou um grande legado: a importância do amor, da gratidão, do respeito, da admiração e do conhecimento. E *Maria José Oliveira da Silva*, que me ensinou a importância de não desistir de um sonho e me orientou a trilhar os caminhos certos e, que esteve sempre presente na minha vida e principalmente nessa caminhada para que eu pudesse concluir essa relevante etapa da minha vida. Para vocês, todo o meu reconhecimento e gratidão!

Ao meu companheiro *Flaviano Niz* Que esteve comigo ao longo dessa jornada, me lembrando sempre a importância de buscar o conhecimento a qualquer tempo. Me apoiando e, não me deixando esquecer de que eu não estou sozinha nessa caminhada. A você todo o meu carinho, amor e gratidão.

Aos meus amados filhos Yanne, Pedro Lucas e Felipe, agradeço pela paciência de cada um, o incentivo e o amor, é para vocês todo esforço aqui demandado, que algum dia eu lhes sirva de exemplo. Vocês são os melhores presentes da minha vida, e sem essa razão não haveria motivos para que ir tão longe. Obrigada meus amores!

Aos queridos e companheiros irmãos *Josete, Janete, Josy, Targino e Josení*. Sempre tão presentes, mesmo que a distância geográfica por vezes nos separe a nossa união de coração é incomensurável e eu amo a todos. Obrigada pelo apoio e incentivo sempre, especialmente a *Josete* que sempre me deu um incentivo todo especial me servindo de exemplo. A vocês meu muito obrigada por tudo!

Aos meus caros sobrinhos Ana, Thays, Carol, Geziel, Zaine, Clara, Cinthya, Renê e a toda a família que contribuiu de algum modo, com palavras de apoio, carinho e encorajamentos, obrigada a todos!

Ao meu *orientador, Profº Drº Marco Antonio Mitidiero Junior*, por todos os ensinamentos desde a disciplina Geografia Agrária, na qual me aguçou a vontade de aprofundar o conhecimento em um tema tão apaixonante e pelas relevantes oportunidades como monitora da disciplina e enquanto voluntária do Programa Institucional de Voluntários a Iniciação Científica. Ao professor minha gratidão, estima e respeito.

Ao professor *Marcelo de Oliveira Moura*, a minha eterna gratidão pela oportunidade a mim concedida no PIBID, Programa Institucional de Iniciação a Docência, pela paciência, pela solicitude enquanto coordenador do programa e por todos os importantes ensinamentos enquanto professor e coordenador. Extremamente agradecida pela confiança.

Quero agradecer especialmente as amigas, ***Clyvia Martins e Natiele Tenório*** que sempre me socorreram nas dificuldades acadêmicas, amigas especiais durante todo o curso, presença constante nos momentos difíceis e nas alegrias, a vocês o meu carinho, afeto, gratidão e apreço. Vocês que fizeram parte dessa caminhada e que vão permanecer para sempre em minha vida.

Aos bons companheiros (as) que se fizeram presente nessa empreitada, ***Elyda Dornellas, Gerlayne Cardoso, Daniel Oliveira, Iran Cabral***. Em especial a ***Francisco Segundo e Michael Douglas*** que me ajudaram muito na monografia com os mapas e tabelas, a vocês o meu obrigada especialíssimo, vocês são demais.

Aos companheiros de PIBID, a esses eu agradeço por todo apoio moral, pela amizade e pelas palavras de conforto em especial a ***Mayara Prado***, que me socorreu nos últimos momentos da geografia e a ***Erlânio Ribeiro*** pelo incentivo e as palavras de confiança sempre, ao supervisor ***Clodoaldo Brandão*** quero agradecer a compreensão, que muito me ajudou nesse processo final da monografia.

A todos os professores da geografia e todos aqueles que de alguma forma contribuíram para que eu chegasse até aqui, a todos os meus sinceros agradecimentos. Todos foram muito importantes para a conclusão dessa etapa da minha vida.

*“Deve haver algum lugar
Onde o mais forte não
Consegue escravizar quem
Não tem chance”*

Renato Russo

RESUMO

Esta pesquisa objetiva analisar as ações mais contemporâneas do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) em João Pessoa-PB e os desdobramentos destas ações na Paraíba, utilizando o recorte temporal 2013/2014. Para isso, busca-se descrever a gênese do MST que surge, nacionalmente, no ano de 1985 e, principalmente a atuação deste na cidade de João Pessoa e os desdobramentos no estado, dando destaque às ações desenroladas nos últimos anos. As mutações no cenário rural praticadas pelo capital com a anuência do Estado redefiniram a ocupação do território paraibano, as monoculturas tendem a suprimir as pequenas produções de gêneros de primeira necessidade, provocando a inquietação e a indignação de pessoas diretamente atingidas por esse contexto, dando origem a um movimento social na luta pela transformação deste cenário. Em virtude das distorções midiáticas que colocam a população contra esse movimento social e a necessidade de trazer a público o que de fato é o MST, analisamos as suas ações em João Pessoa e a conjuntura que as ações ocorrem nesse estado é que encontramos a demanda de relatar e refletir sobre o tema em questão. Essa pesquisa ocorreu a partir de levantamentos bibliográficos, aprendizado em sala de aula, iniciação científica e acompanhamento das ações do MST em João Pessoa. De modo que, a partir dessa investigação pretendemos analisar a importância do MST enquanto movimento social e a relevância do mesmo referente ao fomento das transformações promovidas no espaço agrário paraibano.

Palavras chave: Território, MST em João Pessoa, Movimentos Sociais, Reforma Agrária

ABSTRACT

LISTA DE MAPAS

LISTA DE TABELAS

LISTA DE GRÁFICOS

LISTA DE FIGURAS

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ADUF	Associação dos Docentes da Universidade Federal da Paraíba
ADUEPB	Associação dos Docentes da Universidade Estadual da Paraíba
AGEVISA	Agência Estadual de Vigilância Sanitária
CDDH	Centro de Defesa dos Direitos Humanos
CEBs	Comunidades Eclesiais de bases
CONAB	Companhia Nacional de Abastecimento
CUT	Central Única de Trabalhadores
CPT	Comissão Pastoral da Terra
CUT REGIONAL	Central Única de Trabalhadores Regional
DATALUTA	Banco de Dados da Luta pela Terra
DNOCS	Departamento Nacional de Obras Contra as Secas
EMEPA	Empresa Estadual de Pesquisa Agropecuária
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PIB	Produto Interno Bruto
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
SEDH	Secretaria de Desenvolvimento Humano da Paraíba
SINTAB	Sindicato dos Trabalhadores Públicos Municipais do município do Agreste da Borborema
SINTEEP	Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Ensino Privado
SBPB	Sindicato dos Bancários da Paraíba

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	14
1- A ORIGEM DA QUESTÃO AGRÁRIA NO BRASIL	18
1.1 Da Lei de Terras à libertação dos escravos	18
1.2 As Ligas Camponesas.....	20
1.3 – O golpe militar de 1964	21
2 – A CONJUNTURA DO SURGIMENTO DO MST NO BRASIL E NA PARAÍBA: A CHEGADA A JOÃO PESSOA.....	24
2.1 A gênese do MST na Paraíba e a chegada à João Pessoa.....	26
2.2 O processo de fundação e estabelecimento do MST na Paraíba e em João Pessoa	27
3 - ATUAÇÃO DO MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA EM JOÃO PESSOA NO BIÊNIO 2013/2014.....	41
3.1- Reivindicações do MST em 2013	48
3.2- A atuação do MST em João Pessoa no ano de 2014.....	49
3.3 A importância da atuação do MST em João Pessoa.....	54
3.4 Reivindicações do MST em 2014.....	56
3.5 Resultados das reivindicações do MST em 2013 e 2014	57
CONSIDERAÇÕES FINAIS	58
REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS	60

INTRODUÇÃO

Como abordar o processo histórico do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) sem se ater a grande concentração de terra que muitas vezes é assegurada pelas leis que regem o Brasil? Onde a terra é tratada como garantia de poder político e econômico, e por assim ser, perde de fato o seu verdadeiro significado, de ser fonte de reprodução para as famílias camponesas e celeiro de toda uma sociedade, desenvolvendo assim sua função social: produzir, cumprindo assim o que designa a Constituição Federal de 1988:

“Art. 186. A função social é cumprida quando a propriedade rural atende, simultaneamente, segundo critérios e graus de exigência estabelecidos em lei, aos seguintes requisitos:
I - aproveitamento racional e adequado;
II - utilização adequada dos recursos naturais disponíveis e preservação do meio ambiente;
III - observância das disposições que regulam as relações de trabalho;
IV - exploração que favoreça o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores.”.

Os movimentos sociais no Brasil contemporâneo representam a necessidade de se estabelecer uma equidade social há muito ansiado por aqueles que estão na base da pirâmide social brasileira por séculos seguidos. Em virtude disto camponeses buscam manter-se com dignidade como parte importante da história deste país. Lutam para continuar a se reproduzir na terra, com a terra, pela terra. A luta pela terra nos remete ao período pós-descobrimento, quando europeus e indígenas lutavam pelas terras recém-descobertas (invadidas) pelos europeus, já habitadas pela população originária. Posteriormente vieram às capitanias hereditárias, as sesmarias, a Lei de Terras, a libertação dos escravos e a migração europeia. Toda esta conjuntura gestou um modelo agrário expropriador, explorador, violentador, que posteriormente foi potencializado pelos governos militares, entre 1964 a 1985, com um modelo desenvolvimentista que expropriava os camponeses em prol de grandes empresas estrangeiras e latifundiários brasileiros.

Estas circunstâncias originaram o surgimento de grupos camponeses que não aceitaram a atuação do Estado e do capital na determinação da estrutura agrária brasileira e paraibana, de modo que é a partir dessa problematização que nasce o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, com o intuito de realizar de forma efetiva a reforma agrária, aquela que de fato nunca ocorreu. Segundo Oliveira (2000 p.

55) “o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), desde a sua gênese, têm sido a principal organização dessa forma de luta”¹.

As transformações ocorridas no espaço agrário paraibano, praticado pelo capital, com o aval do Estado estabeleceu uma ocupação do território que deixou os camponeses à margem do crescimento agropecuário e do uso da terra enquanto meio de sobrevivência. As monoculturas cada vez mais passam a ocupar lugar das pequenas produções de gêneros de primeira necessidade.

Esse desenvolvimento econômico do país, sob a égide do desenvolvimento do capital no campo, acarreta negativamente o desenvolvimento efetivo do Brasil, pois este crescimento favorece apenas as grandes empresas e latifundiários e é nesta conjuntura que a Paraíba estava inserida. No período onde houve o desenvolvimento do plantio da monocultura da cana-de-açúcar e a mecanização das lavouras que conseqüentemente levava a: intensificação da concentração fundiária, a expulsão dos camponeses, a expropriação e o aumento da violência no campo paraibano. Foram estas as circunstâncias, e a herança histórica das Ligas Camponesas, que originaram a eclosão do MST na Paraíba, que nasce com o objetivo de mudar esse processo injusto que prejudica uma maioria da população. Em virtude disto o MST nasce na Paraíba em 1985, mas é em 1989 que ocorre a primeira ocupação, no entanto o movimento chega a João Pessoa em 1994.

Este movimento se origina em uma tentativa de transformar uma estrutura fundiária onde o capital avança expulsando o camponês de suas origens territoriais, e são as ações pontuais do movimento em João Pessoa que buscam, atualmente, promover mudanças e melhorias na vida daqueles que figuram como veículos primordiais na produção alimentícia para esta cidade, para este estado e para o país.

É a partir dos resultados obtidos pelo o movimento que os camponeses assentados conseguem, através de inúmeras dificuldades, fazer valer a função social da terra, produzir alimentos e vida.

O referencial teórico baseia-se em análises realizadas por FERNANDES (2000) onde o autor desenvolve estudos sobre movimentos sociais enquanto categoria

¹ Ao mesmo tempo, enquanto os trabalhadores fizeram a luta pela terra, os ex-senhores de escravos e fazendeiros grilavam a terra. E para realizarem seus interesses por meio da trama que construiu o domínio das terras, exploraram os camponeses. Estes trabalharam a terra, produziram novos espaços sociais e foram expropriados, expulsos, tornando-se sem terras. (FERNANDES, 2000, p.27)

geográfica; e MITIDIERO (2001) que aborda movimentos sociais como um conjunto de pessoas em luta por melhores condições de sobrevivência, pessoas estas que adquirem uma consciência relativamente coletiva no processo de construção da contestação e da luta, alavancada por um potencial de rebeldia desenvolvida no tempo da pressão, exploração e expropriação vividas por estes sujeitos.

O estudo objetiva endossar uma noção teórica que está em processo de construção e análises nas ciências humanas, o conceito de *movimentos sociais* enquanto categoria geográfica. Este conceito busca a compreensão dos movimentos sociais enquanto veículo de transformação da estrutura fundiária brasileira, e vetor da desterritorialização do capital a partir da ocupação, acampamentos e articulações em prol da efetivação da reforma agrária e da recriação do campesinato. Referente a este contexto Fernandes (2000) afirma que: os movimentos sociais constroem estruturas, desenvolvem processos, organizam e dominam território das mais diversas formas. A luta dos movimentos sociais é a luta pela terra e contra o capital que se territorializou, expropriando o camponês, expulsando-o e obrigando-o a se reorganizar ou a se adequar ao capital transformando-o em assalariado ou obrigando-o a migrar para centros urbanos ou para territórios despovoados descaracterizando-o totalmente enquanto camponês.

Thomaz Junior (2002) aborda que: desse modo, mesmo admitindo que a luta pela terra e pela Reforma Agrária e a Soberania Alimentar não são entendidas como um fim em si mesmas, as ações desencadeadas nessa direção têm catalisado diversos segmentos de classe trabalhadora, redefinindo o conteúdo do próprio campesinato e reunindo forças dos movimentos sociais de distintas áreas de militância e lugares diversos, cujo enfrentamento converge para o eixo central do conflito social, de classe e, portanto, político-ideológico.

Diante destas circunstâncias a Paraíba se insere nesse cenário a partir da atuação do MST/PB que imprime ao contexto rural paraibano uma nova estruturação, embora pouco significativa se levarmos em consideração a atuação do capital neste estado. Sem desmerecer o ganho social dos camponeses inseridos nas importantes vitórias conseguidas pelo MST através de latifúndios desapropriados e transformados em terra de trabalho por quem durante muito tempo esteve à margem do processo de recriação do campesinato. Pois, apesar do esforço dos militantes do MST com a sua luta incansável, o capital tende a se apropriar de todos os meios possíveis para combater essa classe primordial para a segurança alimentar do nosso país, dentre eles o judiciário, o meios

econômicos e primordialmente o Estado. Em virtude disto é que esta luta é extremamente desigual.

Todavia, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra atuam de modo a redirecionar o processo de ocupação e utilização de terras para que esta possa cumprir a sua função social, ou seja, produzir alimentos. De modo que esta conjuntura justifica a atuação do Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra, que é primordial para a recriação e reprodução da classe camponesa.

A atividade realizou-se com base em levantamento bibliográfico, análises teóricas, aprendizado em sala de aula, e ainda acompanhamento das ações do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra. Por meio desta análise objetiva-se construir um arquivo linear com a história de luta do MST na Paraíba desde a sua gênese até os dias atuais, enfatizando as ações nos anos de 2013 a 2014 os resultados e seus desdobramentos.

1- A ORIGEM DA QUESTÃO AGRÁRIA NO BRASIL

A conjuntura que estabeleceu a atual estrutura fundiária brasileira é oriunda do descobrimento/invasão do Brasil, em 1500, quando este ainda não era um Estado-Nação. Em um processo gradativo onde o governo português instaurou um sistema de apropriação das terras brasileiras, desconsiderando a presença dos índios enquanto proprietários desta terra, mesmo sem a consciência do significado de propriedade, estes foram cruelmente dizimados, em sua grande maioria, para que os nobres portugueses tomassem posse da terra em nome do Rei de Portugal.

Este o período ficou marcado pela presença das capitânicas hereditárias, porém com o fracasso da maioria delas o Rei implantou o sistema de sesmarias, em que o Rei ou os donatários entregava a quem tivesse interesse por terras abandonadas, dentre elas algumas Capitânicas, para que fossem cultivadas. No entanto não eram qualquer um que poderia possuir as sesmarias, apenas os nobres, militares e os navegadores eram agraciados com estas terras, e os contemplados pagavam ao Rei o uso dessas com a sexta parte do que produziam.

Este foi o modelo que gestou a grande concentração fundiária no Brasil, pois os acontecimentos futuros corroboraram cada vez mais para este cenário. Neste período não existia propriedade privada da terra e o que representava a grande riqueza eram os escravos, pois este era o que caracterizava produto de grande valor para compra e venda, todavia, em 1800 a luta pelo fim da escravidão na Europa já anunciava grandes mudanças para este regime opressor.

1.1 Da Lei de Terras à libertação dos escravos

Em 1850, a instituição da Lei de Terras muda completamente o regime de aquisição destas no Brasil. No entanto o cenário continua igual, no sistema de Capitânicas Hereditárias apenas os homens de bem da corte, os mais abastados, poderiam receber as concessões das terras, com a Lei de Terras apenas aqueles que dispunham de condição financeira é quem poderiam adquiri-las, de modo que os pobres desta terra não poderiam dispor da mesma para produzir.

Com a Lei de Terras de 1850, intensificou-se o cerco às terras, bem como a grilagem e a expropriação dos posseiros. Desse modo o

latifúndio – marca do Brasil Colônia, do Brasil monárquico – tornava-se e mantém-se até hoje, marca do Brasil república. (FERNANDES, 2000 p. 29)

Neste período já se delineava o cenário de grandes propriedades de terras no Brasil, pois, a abolição já era fato na Europa, e os proprietários de escravos brasileiros já sabiam que estavam prestes a perder o que eles possuíam de maior valor econômico: os escravos. Foi também no ano de 1850 que o tráfico negreiro foi erradicado no Brasil.

Entre as décadas de 1870 e 1880 crescia o movimento migratório europeu para o Brasil em virtude da expansão cafeeira no sudeste do país. A Lei de Terras neste momento histórico foi providencial, pois serviu para impedir ao imigrante o acesso a terra e, posteriormente com o fim da escravidão impossibilitar aos recém-libertos, também, o acesso a terra.

A maioria absoluta dos trabalhadores, ex-escravos e imigrantes começaram a formação da categoria, que na segunda metade do século XX seria conhecida como sem-terra. Lutaram pela terra, pelo desentranhamento da terra, numa luta que vem sendo realizada até hoje. (FERNANDES, 2000 p 28)

De modo que estava estabelecido o cenário rural brasileiro, enterrando as suas raízes nas grandes concentrações de terras e em uma grande massa de camponeses sem terra para viver e produzir, com isto teve início os conflitos, as lutas e as conquistas de terras por pessoas que foram marginalizadas, expropriadas e expulsas do campo.

Esta conjuntura aqui relatada foi à mola propulsora para todos os conflitos pelo direito a terra no Brasil, que perduram até os dias de hoje, pois a imigração em massa ocorreu em virtude de falsas promessas por parte do Estado brasileiro nas décadas de 1870/80 para substituir a mão de obra escrava no campo, em virtude do fim do tráfico negreiro e da iminência da abolição da escravatura. Para isto, estes faziam propostas de parceria aos europeus prometendo terras para trabalho e parte dos lucros anuais das suas produções, porém, o que aconteceu foi à escravidão branca, pois os europeus viviam em regime similar aos escravos, em virtude da dívida com as passagens e gêneros de primeira necessidade que os fazendeiros arcavam para que fosse possível a vinda dos estrangeiros para o Brasil.

Esses moços experientes, que julgam encontrar um novo El Dorado, essas donzelas fascinadas por mágicas grandezas, essa pobre gente enfim conduzida por tais meios para o Brasil, tarde conhecem o engano, e suas esperanças converte-se em torturas do inferno (MENDES, 2007)

A situação dos imigrantes em terras brasileiras era extremamente deplorável, visto que nunca conseguiam “pagar o que deviam” aos fazendeiros, ficando estes a mercê dos desmandos dos latifundiários, o que provocou inúmeras revoltas por parte destes, em virtude disto, os estrangeiros foram se transferindo para as vilas da região em que estavam instalados. Quando finalmente em 1888 foi instituída a Lei Áurea, criava-se na verdade uma grande massa de órfãos da terra, juntando-se aos camponeses expulsos das terras de trabalho por ocasião da criação da Lei de Terras de 1850, somando-se ainda esses acontecimentos a violência praticada contra os índios para que estes deixassem as terras que interessavam a oligarquia rural, assim estava criada a estrutura fundiária brasileira.

1.2 As Ligas Camponesas²

Este é um capítulo da história da luta camponesa que não pode ser deixado à margem da história brasileira jamais, pois a luta das Ligas Camponesas tem importância fundamental na criação dos movimentos sociais que deram continuidade a resistência pela permanência do camponês na terra de trabalho.

As Ligas com o apoio do PCB, partido comunista brasileiro, foram uma forma de organização política de camponeses proprietários, parceiros, posseiros, meeiros e agregados que resistiram à expropriação, à expulsão da terra e ao assalariamento. Foram criadas em quase todos os estados e organizaram dezenas de milhares de camponeses. Em suas ações os camponeses resistiam na terra e passaram a realizar ações contestatórias. Com o golpe militar de 1964 as Ligas Camponesas foram aniquiladas. (Fernandes, 2000 p. 33).

² A princípio o objetivo das ligas camponesas era acabar com os desmandos dos latifundiários e lutar pelos direitos dos trabalhadores, acabando com a exploração, a expulsão e ainda conscientizá-los dos seus direitos, paulatinamente as ligas avançaram de tal maneira, referente à politização dos camponeses, que, o objetivo central passou a ser a conquista da terra de trabalho e moradia. Segundo Fernandes (2000, p. 33) “A atuação das Ligas era definida na luta pela reforma agrária radical, para acabar com o monopólio de classe sobre a terra”.

A princípio o objetivo das Ligas Camponesas era acabar com os desmandos dos latifundiários e lutar pelos direitos dos trabalhadores, acabando com a exploração, a expulsão e, ainda, conscientizar os camponeses dos seus direitos. Paulatinamente as Ligas avançaram na politização dos camponeses, evoluindo para concepções que direcionavam a luta para a conquista da terra de trabalho e moradia. Segundo Fernandes (2000, p. 33) “a atuação das Ligas era definida na luta pela reforma agrária radical, para acabar com o monopólio de classe sobre a terra”.

A luta pela terra no Brasil, desde os primórdios deste país é uma luta de classes, é uma luta pela re-produção do homem do campo no campo, é a luta da re-criação das origens camponesas.

1.3 – O golpe militar de 1964

As Ligas Camponesas neste período estavam em plena atividade, o processo de politização do camponês através das mesmas estava surtindo o efeito desejado, levantando a bandeira de luta pela terra, levando o pequeno agricultor a lutar por direitos que até então eles julgavam não serem capazes, em virtude da falta de articulação e da consciência coletiva. A situação lastimável em que viviam os camponeses, chegando ao absurdo de pedir um caixão emprestado a prefeituras para enterrar os seus mortos e após o enterro ter que devolvê-lo, foi à origem da articulação camponesa e da criação das Ligas.

A situação dos camponeses já era bastante complexa devido as perseguições dos latifundiários que imprimiam a estes todo tipo de violência: expulsão, torturas, destruição das lavouras e das residências e ainda assassinatos. O golpe militar aniquilou contundentemente as Ligas Camponesas, a repressão militar era a nova ordem brasileira, a democracia foi relegada ao esquecimento. Conforme FERNANDES (2000 p 27): “os projetos de desenvolvimento implantados pelos governos militares levaram ao aumento da desigualdade social. Suas políticas aumentaram a concentração de renda, conduzindo a imensa maioria da população a miséria”.

O golpe militar de 1964 objetivou o extermínio de qualquer tentativa de o presidente da República Federativa do Brasil, João Goulart, de realizar a reforma

agrária. Com o apoio da burguesia, os militares brasileiros tomaram o poder para evitar o que eles acreditavam ser a desordem social que seria implantada neste país, ou seja, para os militares e os burgueses a distribuição de terras para os camponeses era algo inconcebível, pois seria transformar um país capitalista em um Estado comunista. Para a burguesia significava que os grandes latifundiários do Brasil perderiam seus domínios territoriais, descaracterizando algo já estabelecido em tão fortes bases, o que justificou a violência desmedida contra camponeses, índios e sindicalistas foi a defesa do latifúndio, mesmo que improdutivo. Conforme Morissawa (2001, p 95): “é fácil fazer a ligação entre o golpe militar de 1964 e a possibilidade da Reforma Agrária. E também compreender a violenta repressão que os generais lançaram contra os movimentos de luta pela terra”.

Ainda em 1964 foi instituído o Estatuto da Terra, que definiria a função social da terra, criando também a desapropriação daquelas que estivessem em discordância com o estatuto, no entanto nada causa mais estranheza do que a determinação do Estatuto com o que de fato foi e ainda é prática comum neste país, o Estatuto diz que; a desapropriação das terras seja de latifúndios ou de minifúndios, que estivessem em desacordo com o que impunha o estatuto seria realizada sem direito a contestação judicial, porém, segundo Morissawa (2001, p 99) “o Estatuto da Terra jamais foi implantado, era um “faz-de-conta” para resolver momentaneamente os problemas do campo”.

Em virtude de toda esta conjuntura fica claro que o golpe militar foi de fato um golpe mortal no cenário de luta e transformações políticas que naquele momento histórico estava ocorrendo no Brasil. Os militares mudaram todo o sistema para preservar a ordem das coisas e posteriormente potencializar o que já estava estabelecido, a diferença entre as classes, a má distribuição de renda e a injustiça social, aumentando sobremaneira o número de miseráveis do Brasil. Morissawa (2001, p. 100) diz:

Desse modo, apesar do estatuto da terra aparecer, por suas definições, como querendo modificar a estrutura fundiária e punir os latifúndios, a política agrícola e agrária dos militares promoveu a modernização tecnológica das grandes propriedades, ao mesmo tempo os grandes proprietários tinham livre acesso aos órgãos do Estado, como ministério da Agricultura, o INCRA etc., exercendo forte controle sobre o poder judiciário e o Congresso Nacional.

O golpe militar representou (e ainda representa) a manutenção do atraso do desenvolvimento econômico e social do Brasil, em virtude de a herança ainda está impregnada, pois imprimiu ao país a desnacionalização das riquezas e das terras brasileiras em favor do capital estrangeiro, promovendo a potencialização da pobreza e da miséria no campo e conseqüentemente na cidade, uma vez que impulsionou a favelização das bordas das cidades.

2 – A CONJUNTURA DO SURGIMENTO DO MST NO BRASIL E NA PARAÍBA: A CHEGADA A JOÃO PESSOA

O processo de gênese do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) no Brasil aconteceu entre 1979 e 1985, impulsionado pela conjuntura agrária nacional, em que o capital em seu processo de territorialização dominava os meios de produção e os espaços produtivos, promovendo uma transformação significativa nas áreas rurais por meio do binômio: modernização da agricultura e expropriação do camponês. De modo que fez nascer uma necessidade premente de mobilização por parte dos camponeses. Essa organização e mobilização não foi um acontecimento pontual com dia e hora marcada, a gênese do MST ocorreu através de um processo complexo e paulatino, com o apoio primordial de diversos seguimentos, tais como as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), sindicatos de trabalhadores rurais e a Comissão Pastoral da Terra (CPT), que foram construindo e consolidando o movimento através de muitas lutas, no contexto literal da palavra.

De modo que, este movimento representa a retomada do processo de resistência da classe camponesa a partir da herança histórica e ideológica deixada pelas Ligas Camponesas e outros movimentos similares, reprimidos pelos latifundiários e pela ditadura militar de modo contundente. Segundo Andrade (1964, p. 249)

[...] Faz alguns anos um morador ferrado a “ferro em brasa”, como se fosse um animal, na zona Sul de Pernambuco, e em abril de 1962, foi o líder das Ligas Camponesas em Sapé, João Pedro Teixeira, na Paraíba, assassinado, dizem que a mando de proprietários rurais.

Portanto, a construção do movimento surgiu a partir da necessidade dos camponeses marginalizados pelo capital de retomar a sua terra de trabalho que há muito lhes fora destituída. Segundo MORISSAWA, (2001, p 49)

É importante lembrar, então, que uma das alavancas da acumulação de capital global está no desemprego mundial. É a pobreza da massa que determina o custo do trabalho em âmbito internacional. Em cada economia nacional, por sua vez os salários são condicionados também pela pobreza rural e pela existência de uma grande massa de trabalhadores sem terra, desempregados.

Em virtude do exposto é que se justifica a necessidade da criação de tal movimento. O fato histórico inaugural do MST ocorreu em 7 de setembro de 1979 no Centro-Sul, momento em que houve a ocupação da gleba Macali, em Ronda Alta no Rio Grande do Sul. Este foi o primeiro de muitos episódios isolados, promovidos através das experiências estaduais de conflitos pela terra, que originariam o movimento em nível nacional. Os acontecimentos desenrolavam-se em vários estados do país em diferentes datas, pois ainda não havia uma ação nacional coletiva, ao passo que a CPT e as CEBs caracterizaram importantes veículos de organização e apoio ao desenvolvimento do movimento. A participação da Igreja com a criação da Pastoral Rural e posteriormente da CPT (Comissão Pastoral da Terra) foram extremamente relevante para fazer surgir uma visão social e política entre os trabalhadores rurais. Segundo Mitidiero (2008, p. 226)

No início, o trabalho das pessoas envolvidas com a formação da CPT possuía um caráter de voluntariado, missionário, itinerante, pouco institucional e sem presença efetiva nas diversas regiões brasileiras. A partir dos anos 1980, estabeleceram-se equipes regionais em quase todo o país, que, além do apoio do sempre presente voluntariado, constituíram um significativo grupo de agentes pastorais encarregados (como missão e profissão) de estarem juntos ao homem oprimido do campo e fortaleceram um Secretariado Nacional localizado em Goiânia.

A importância primordial destes elementos para a criação do MST nacional foi a abertura de espaços de politização e, a conscientização da necessidade de junção e articulação de todos os camponeses que já participavam dos movimentos estaduais, fomentando a nacionalização do movimento.

É no ano de 1985 que ocorre o 1º Congresso Nacional do MST, a partir desse evento o movimento vai enraizando de vez as suas bases em todas as regiões do país; no final dos anos de 1990 o MST já estava estabelecido em 23 estados.

O movimento é muito maior do que se pode observar, e utiliza-se de espaços e aliados da sociedade, organizando-se em favor do desenvolvimento rural, privilegiando os mais pobres das áreas rurais. A busca da valorização (reconhecimento) da terra enquanto bem supremo, é de fato a questão basilar desta organização. O movimento tem ainda em sua perspectiva, a valorização da educação e do acesso à cultura (dos saberes popular); o combate à violência sexista (violência contra mulher, mais relacionado com

a imposição do poder dos homens sobre as mulheres); soberania nacional e popular, e etc. Sem esquecer-se da luta incessante pela Reforma Agrária.

2.1 A gênese do MST na Paraíba e a chegada à João Pessoa

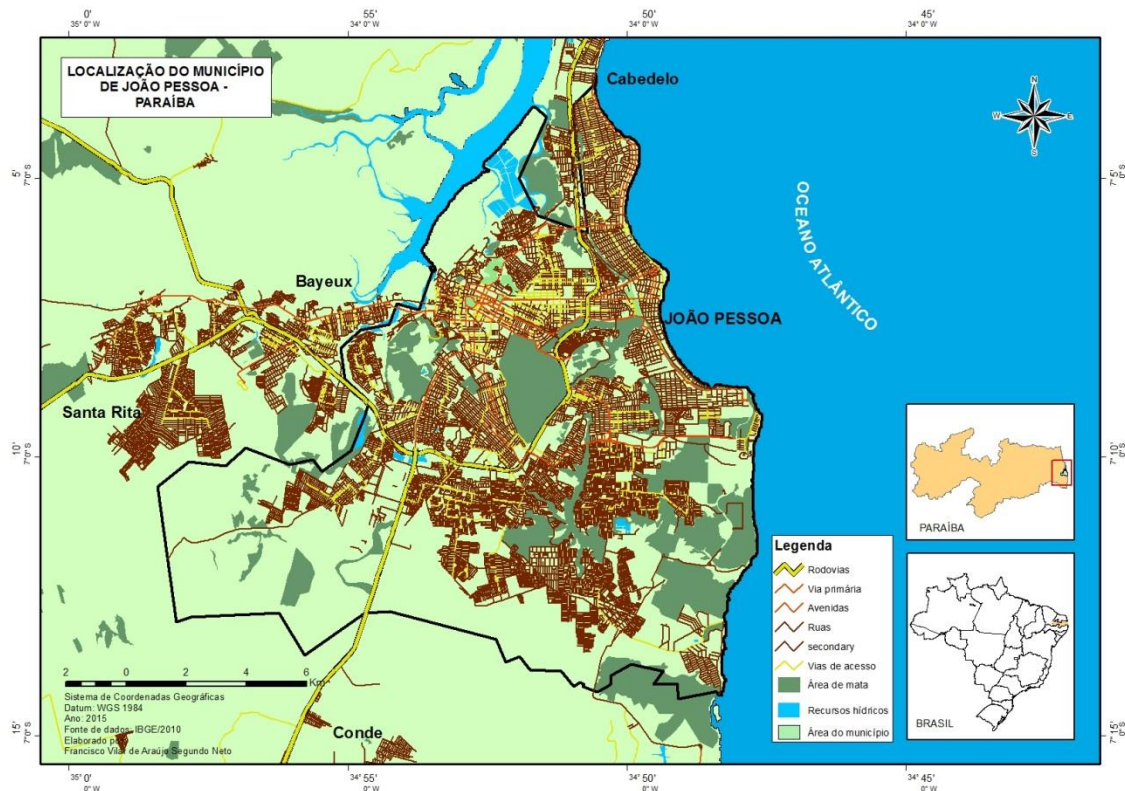
Localização geográfica da área de estudo

A mesorregião da mata paraibana localiza-se a leste do oceano atlântico, engloba 30 dos 223 municípios do estado da Paraíba, ou seja, 13,45% do total. Sua área corresponde a 5.242 km² (9,3% do território do estado). Segundo censo demográfico do ano 2010 a mesorregião tinha uma população estimada de 1.196.594 km², o que significa uma densidade demográfica de 228,3 habitantes por quilômetros quadrado. O grande aglomerado urbano da capital do estado, João Pessoa, é um dos principais responsáveis por essa concentração populacional.

A microrregião de João Pessoa é uma das microrregiões do estado da Paraíba e pertence à mesorregião acima citada. Segundo censo de 2010, sua população estimada em 2015 é de 791.438 habitantes. A microrregião de João Pessoa está dividida em seis municípios, entre eles o de João Pessoa (Mapa 01). A área total da microrregião é de 1.139,588 km².

O município de João Pessoa, segundo Censo Demográfico de 2010, tinha a população de 723.515 habitantes.

Mapa 01 – Localização Geográfica do município de João Pessoa



Elaboração: Francisco Vilar de A. S. Neto, 2015.

2.2 O processo de fundação e estabelecimento do MST na Paraíba e em João Pessoa

A luta pela terra na Paraíba é intrínseca ao surgimento de alguns movimentos que surgiram neste estado na década de 1950, já a estrutura agrária originou-se desde o processo de ocupação e estruturação do espaço agrário nordestino, com a propagação da cana de açúcar. A priori a luta pela terra foi organizada pelas Ligas Camponesas, fomentados pela conjuntura injusta e desigual do cenário rural paraibano. Com o temor as Ligas os grandes proprietários de terra organizaram a morte do fundador das Ligas João Pedro Teixeira e de outros camponeses que contestavam as condições sociais injustas nas quais viviam. Esses assassinatos são um exemplo da bárbara reação dos proprietários latifundiários, que ocorria quase sempre em represália a organização do movimento. É esse contexto de ameaça aos homens do campo que contestavam a

realidade perversa dos camponeses que, posteriormente, nasce outras formas de organização da luta pela terra, entre elas, o MST no Nordeste do país.

De modo que o contexto em que se insere o surgimento do MST está atrelado a história da luta por mudanças estruturais no cenário rural paraibano, pois há de se entender a conjuntura social, político/econômica no âmbito rural do estado em questão e a posição de exclusão em que se encontrava os camponeses, expropriados da terra e, ainda a necessidade do acesso e retorno à terra de trabalho.

Tabela 1: Confronto dos dados estruturais do Censo Agropecuário na Paraíba, 1985/2006

Ano	Censos		
	1985	1995/96	2006
Estabelecimentos	203.277	146.539	167.477
Área total (ha)	4.872.094	4.109.347	3.750.206

A estrutura fundiária caracteriza-se pela diminuição do número de estabelecimentos nos últimos vinte e um anos. Esses estabelecimentos diminuíram drasticamente, em 1985 havia 203.277 estabelecimentos na Paraíba, em 1995 eram 146.539 havendo uma queda de 28% neste período, havendo um pequeno crescimento de 14% até 2006 para 167.272. Todavia a diminuição significativa chegou a 18% em vinte e um anos. Os estabelecimentos suprimidos nesse período foram os pequenos estabelecimentos, como podemos observar na tabela 2, de modo que a concentração fundiária na Paraíba vem aumentando ao longo do processo histórico, o que corrobora para emergir um movimento que tente reverter o quadro em questão.

Tabela 2, Síntese analítica do número total e área (ha) dos estabelecimentos da agricultura familiar e não familiar no Brasil, Nordeste e Paraíba

Total de estabelecimentos	Área total (ha)	Total de estabelecimentos familiares	Área (ha)	Estabelecimentos não familiar	
				Total BR	Área (ha) BR
Brasil 5.175.489	Brasil 329.941.393	Brasil 4.367.902	Brasil 80.250.453	807.587	249.690.968
Estabelecimentos - NE 2.454.006	Total no NE 75.594.442	Estabelecimentos fam. NE 2.187.295	Área (ha) no NE 28.332.599	Total no NE 266.711	Área (ha) NE 47.261.842
Estabelecimentos - PB 167.272	Total na PB 3.782.878	Estabelecimentos fam. na PB 148.077	Área (ha) na PB 1.596.273	Total na PB 19.195	Área (ha) PB 2.186.605

Fonte: Censo Agropecuário, IBGE, 2006. Organização da autora

A partir da análise da tabela visualiza-se a potencialização da concentração de terras. Ao longo do processo histórico este evento proporciona a instituição do cenário instaurado no campo brasileiro/paraibano onde o camponês é impedido do acesso a terra, obrigado a adequar-se ao sistema.

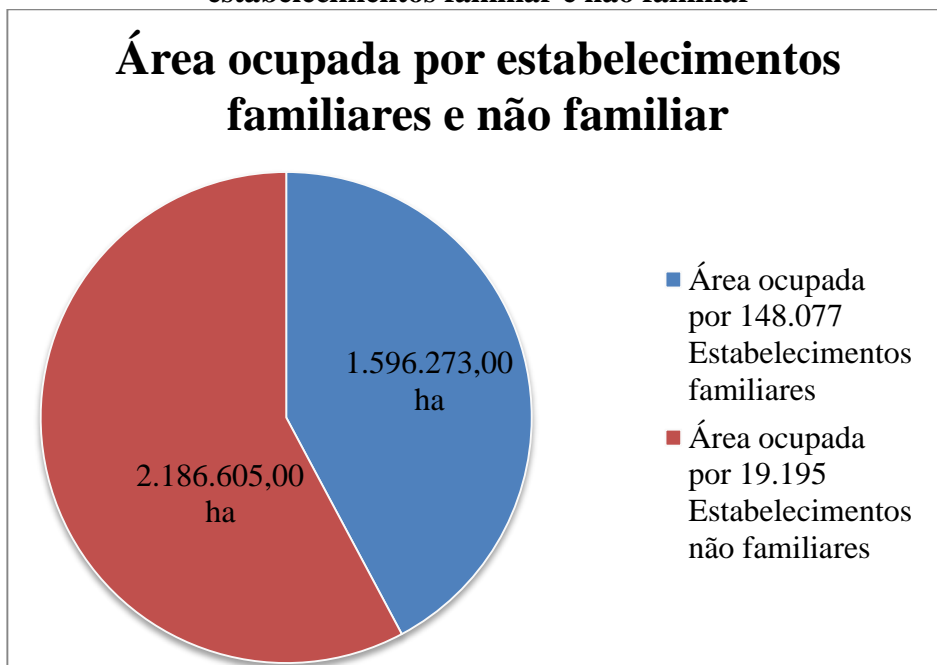
Enfim, as terras nas pequenas unidades de produção é apropriada com fins produtivos, por isso intensamente ocupada. Logo, elas são também, grandes consumidoras de produtos de origem industrial. Ao contrário, a maioria das grandes propriedades não é ocupada com fins produtivos, elas constituem-se em reserva patrimonial e de valor dos latifundiários. (OLIVEIRA, 2002, p.30)

Como podemos constatar na tabela, os estabelecimentos na Paraíba totalizam 167.272, sendo 148.077 destes familiares/camponeses que detém uma área de 1.596.273 de hectares, ao passo que apenas 19.195 não são familiares e detém 2.186.605, ou seja, os números mostram uma injusta concentração de terras nas mãos de poucos (ver Gráfico 1).

Notadamente a estrutura fundiária caracteriza-se pela diminuição do número de estabelecimentos, especificamente o que aumentou foi o percentual de grandes latifúndios. E o estado paraibano apresenta-se como representante contundente desta estrutura fundiária. Tal característica produziu e continua produzindo na realidade

nacional e estadual fragmentações sociais muito bem definidas e tipos de exclusões territoriais concretamente deliberadas.

Gráfico 1: Área ocupado por hectares quanto ao número de estabelecimentos familiar e não familiar



Como se pode verificar no gráfico 1, a estrutura fundiária paraibana está alicerçada na discrepância de uma distribuição de terras totalmente injusta, onde as grandes propriedades dominam território. Em virtude disto e de todo o processo histórico em que os camponeses foram sempre relegados a classe inferiores, definiram que não era mais aceitável viver sem uma luta organizada contra essa realidade tão cruel, que os mantinha excluídos do território camponês.

Tabela 3: Estrutura fundiária da Paraíba – 2006

Grupo de área total (ha)	Nº de est.s	%	Área	%
Menos de 10	110.928	66,32	317.045	8,38
De 10 a menos de 20	19.329	11,56	255.966	6,77
De 20 a menos de 50	16.037	9,59	480.498	12,7
De 50 a menos de 100	6.506	3,89	438.274	11,59
De 100 a menos de 200	3.675	2,2	491.125	12,98
De 200 a menos de 500	2.505	1,5	737.829	19,5
De 500 a menos de 1000	723	0,43	471.533	12,46
De 1000 a menos de 2500	286	0,17	399.175	10,55
De 2500 a mais	43	0,03	191.433	5,06
Produtor sem área	7.240	4,33	0	0
Total	167.272	100	3.782.878	100

Fonte: IBGE, Censo Agropecuário, 2006. Organização da autora

Segundo os dados disponibilizados pelo Censo Agropecuário - IBGE 2006, no que diz respeito a Paraíba, dos 167.272 mil imóveis rurais recenseados, 91,36% do total dos estabelecimentos existentes possuem área inferior a 100 ha, e ocupam apenas 39,44% da área total das terras agrícolas. Enquanto que os grandes estabelecimentos com mais de 500 ha representam menos de 1,0% do total dos estabelecimentos agrícolas do estado e possuem 28% da área total ocupada.

A partir do exposto verifica-se o contrassenso da estrutura fundiária paraibana, já que os números representam a tragédia da terra no estado em questão. O resultado é a concentração desta nas mãos de poucos deixando quem realmente precisa da terra para sobreviver sem acesso à mesma. Este evento altera toda a conjuntura econômico-social-urbano-rural da Paraíba, pois em virtude do estabelecimento dos latifúndios e da não realização da reforma agrária no país (primordialmente no estado em questão), os desdobramentos destes eventos na zona rural proporcionaram uma migração significativa para a zona urbana ao longo das décadas, ocasionando mudanças profundas nas características da organização populacional. O que se verifica é que: as transformações ocasionadas pelo capitalismo imprime ao território rural paraibano uma potencialização dos latifúndios.

Este evento acompanhado pela expropriação dos camponeses sem terra, aumentando a exploração destes através de sua força de trabalho em virtude da reserva de mão-de-obra, fomentou os conflitos latifundiário/camponeses, até então única forma de resistência encontrada pelos trabalhadores rurais. É nesse contexto de lutas que emerge a necessidade de se encontrar uma maneira de lutar pela terra de modo em que

houvesse um retrocesso nos processos de exploração e expropriação dos camponês. Desse modo, a partir de 1985 com a participação de uma delegação de trabalhadores rurais paraibanos no 1º Congresso Nacional do MST surge a ideia de articulação em torno da criação do movimento no estado da Paraíba.

O objetivo após o Primeiro Congresso (1985) era de fundar o MST na Paraíba, no entanto passaram cerca de quatro anos para que de fato houvesse a conclusão desse projeto, ou seja, até 1989 não havia ocorrido nenhuma ocupação, nenhuma ação efetiva, nenhuma luta e sem luta não há movimento. No estado da Paraíba, antes da chegada do MST, os camponeses recebiam o apoio, em sua luta de resistência e ocupação, a princípio da Pastoral Rural que se trata atualmente da Comissão Pastoral da Terra (CPT).

O movimento passa a lutar e a produzir um discurso político que projetava um Nordeste sem desigualdade, onde a miséria não é justificada apenas pela seca, fortalecendo um discurso em prol da conscientização da desigualdade em um país fundado em questões sociais. Segundo Castro (1964 p. 169/170):

[...] a fome que o Nordeste está atravessando, a miséria aguda, que se exterioriza mais gritante, mais negra e mais trágica nesta época de calamidade, é mais um fenômeno de ordem social do que natural. Mais do que a seca, o que acarreta esse estado de coisas é o pauperismo generalizado, a proletarização do sertanejo, sua produtividade mínima, insuficiente [...] E que causas determinam esse estado social, esse estado de estagnação econômica e de proletarização progressiva da região do sertão?

O MST aparece na tentativa de mudar esse processo contraditório, que prejudica uma maioria da população, na qual uma minoria é beneficiada. A união dessa classe de trabalhadores injustiçados tem como meta principal conquistar os seus direitos como trabalhadores e trabalhadoras, lutando por uma forma de vida melhor e por uma redistribuição de terra justa.

No ano de 1988 foi realizado um encontro entre as lideranças do MST (Jaime Amorim, Zé Rainha, João Daniel e Dilei) em Maceió com o intuito de tratar sobre as primeiras ocupações na Paraíba. Segundo a Dilei durante entrevista ao Prof. Marco Mitidieiro (2010): *“ou era feita a ocupação para se consolidar o MST na Paraíba, ou o movimento viraria uma ONG que só propagandeia, mas não tem ação prática”*. A primeira ocupação na Paraíba ocorreu em abril de 1989, com cerca de 150 trabalhadores da região do brejo, sendo esta Fazenda Sapucaia, no município de Bananeiras. A

propriedade com 2.400 ha era palco de um conflito entre 40 famílias de trabalhadores rurais e o proprietário Camilo Oliver Cruz.

A ocupação, como é de costume, foi bastante tensa³. Durante a noite o acampamento foi invadido por pistoleiros que de forma extremamente violenta, provavelmente com o objetivo declarado de que a ação servisse de exemplo para os demais movimentos, expulsou violentamente os acampados. Segundo José Roberto durante entrevista (2012):

“a primeira ocupação na fazenda Sapucaia não passou mais que dois dias dentro da área e foi ocupando e já houve o despejo de forma violenta que não esperaram nada escrito nem nada, já foram feitos a milícia armada da região que houve o despejo nessa primeira ocupação, daí o movimento se sentiu muito fragilizado e como era uma primeira ocupação que era pra enraizar o movimento no estado e não teve consolidação forte devido a repressão”.

Durante a invasão uma criança, Luzia Brito, veio a falecer, a mesma já se encontrava doente, o corpo da menina foi levado até o INCRA e lá foi velado como forma de protesto.

A segunda ocupação ocorreu na Fazenda Maniçoba, no município de Esperança, porém foram novamente despejados e receberam por parte do Governo do Estado uma área que antes era utilizada para o plantio de maconha. Segundo Dilei, principal liderança do MST na Paraíba, essa área disponibilizada pelo governo do estado era muito imprópria para ser trabalhada, portanto os trabalhadores decidiram vir com o movimento para o litoral (Alhandra e Pitimbú), onde em 1992 foi fundada a sede do MST em João Pessoa. No ano de 1994 o movimento estende-se até a região da Várzea, e desde então foram ocorrendo ocupações em várias regiões.

Atualmente toda terra privada tem uma função social a cumprir, em outras palavras, toda terra com aptidão produtiva deve produzir alimentos. Teoricamente é o que de fato deveria acontecer (Constituição Federal de 1988 artigos nº 185 e nº 186), no entanto o que se pode observar é a grande concentração de terras improdutivas, e é por essa razão, dentre outras, que os trabalhadores rurais sem terra vêm lutando. Pois a terra

³ (...) os pistoleiros entraram no acampamento com a palavra de ordem: acorda todo mundo para morrer, e saíram atirando. (Dilei Liderança do MST, 2010).

que outrora deveria produzir, é vista pelos latifundiários como reserva de valor ou como área de monocultura para exportação.

De acordo com os dados do último Censo Agropecuário de 2006, expostos na tabela 3, a Paraíba encontra-se mergulhada em um cenário rural desolador em um processo conjunto em que um evento está diretamente ligado ao outro, em que o capital, figura como veículo transformador/deturpador, instituindo latifúndios em detrimento do pequeno agricultor e da segurança alimentar.

Em virtude desse contexto é que se justifica a atuação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra na Paraíba, em uma tentativa de contribuir para a promoção de mudanças no campo do estado em questão a partir da sua luta.

De modo que o Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra na Paraíba fundaram suas bases no seguinte contexto cronológico:

1985 – Uma comitiva de trabalhadores rurais paraibanos, participou do 1º Congresso Nacional do MST em Curitiba – PR;

1986 e 1987 – Deliberações e colóquios referentes ao envolvimento do movimento com sindicatos de trabalhadores rurais que atuavam na luta pela terra, dando origem a secretaria estadual do movimento;

1988 – Articulação do movimento no intuito de promover a formação da base em diversos municípios do estado, esse processo durou seis meses e envolveu em torno 500 famílias;

1989 – Os militantes do MST–PB, dos mais diversos municípios, realizaram dois encontros tendo partícipes inúmeras entidades sindicais rurais, Neste mesmo ano participaram de um ato público contra a violência no campo em Alagoa Grande, junto com a Central Única dos Trabalhadores (CUT) e diversos sindicatos de trabalhadores rurais;

1990 – Neste ano mobilizaram cerca de 100 famílias nos municípios de Boqueirão, Queimadas e Araras com o objetivo de conscientização e politização das pessoas. E promoveram um ato público do 1º de maio em Campina Grande;

1991 – Realizaram importantes trabalhos de base por diversos bairros da cidade de Campina Grande originando a ocupação da Fazenda Boa Esperança, havendo o despejo das famílias que foram ocupar a Praça da Bandeira, no centro da cidade. Em virtude da apatia do governo referente a esses eventos o movimento realizou a ocupação a área de pesquisa da Empresa Estadual de Pesquisa Agropecuária (EMEPA) em Lagoa Seca.

Esse evento originou o Comitê de apoio ao MST, com a participação de diversas entidades da sociedade civil, dentre estas Sintab, Cut regional, Sinteeep, Sivepa e Cddh Aduf, Adupepb, Sindicato dos Bancários, de modo que a colaboração destas foi primordial para a consolidação do MST na Paraíba, atuando como mediadores em audiências e contribuindo com a elaboração de documentos, veiculando o cenário real no campo paraibano.

Lideranças do movimento confirmam que as entidades de maior relevância para a construção e o estabelecimento do MST no estado foram a CUT e a CPT.

1992 – Fundação da sede do MST em João pessoa;

2000 – Mudança da sede para Campina Grande em virtude de perseguições;

2004 – Retorno da sede para João pessoa até os dias atuais.

Desse modo o MST se territorializou na Paraíba e conseqüentemente em João Pessoa com o intuito de se articular no estado da Paraíba e principalmente na capital do estado para evidenciar o movimento para toda a população e atuar frente as instituições em uma tentativa incessante de promover melhorias para camponeses e assentados da Paraíba. De acordo com Fernandes 2000 p. 112 “o MST havia fincado suas raízes na Paraíba e, por mais que os latifundiários tentassem não conseguiriam cortá-las”.

E nessa conjuntura de luta para que se efetivasse o enraizamento do MST na Paraíba é que entre os anos de 1990 até o ano de 1999 às ocupações na Paraíba aumentaram significativamente.

[...] como o estado se deu fazendo a primeira ocupação onde hoje se encontram os assentamentos 1º de maio, Teixeira e Nova Vida, litoral Sul, depois passaram a Zona da Mata onde há hoje diversos acampamentos oriundos da luta pela terra na organização do movimento, em 90 começaram os trabalhos de base, 91 ocupam a faixa do litoral Sul e a partir de 91, 92 comeram a ir para a Zona da Mata Norte onde hoje há em torno de 3 Maçanganas 1, 2 e 3, Canudos, Tiradentes e etc. E é nesse período que começa a se consolidar o movimento aqui, se tornando o principal movimento. A partir de 2000 centrou força na região do Semiárido, a partir daí começa a dividir em três momentos: onde o 1º é a organização da produção e essa organização segundo Roberto, é o gargalo, e no sertão e cariri é onde está o acúmulo de força que é o número de acampamentos; ou seja, a luta pela reforma agrária esta centrada no sertão. (José Roberto, 07/02/ 2012)

Entre 1990 a 1994 ocorreram 10 ocupações com cerca de 775 famílias, e entre 1995 à 1999 o número de ocupações foram de 63, com 7.751 famílias, ocupações realizadas pelo MST. Como a ocupação trata-se do primeiro passo para se conquistar

um latifúndio, o aumento de ocupações e famílias envolvidas só prova de maneira incontestável que o movimento tem atuado cada vez mais forte e com resultados extremamente significantes. Com relação aos assentamentos, desde o ano 1990 até 1994 foram assentadas 994 famílias em 26 assentamentos, e como assentamento trata-se do resultado positivo das ocupações implica dizer que o MST não está chegando ao fim, nem tão pouco que os sem terra não estão em luta por terra para nela produzir.

O grande problema hoje enfrentado pelo movimento na Paraíba, segundo relatos das suas lideranças, tem sido o “comodismo”, onde a grande maioria das famílias assentadas não tem se mobilizado para auxiliar na ocupação dos que ainda continuam sem-terra. Além dos entraves burocráticos por parte do governo e das instituições.

A monopolização de poder na mão de uma minoria e a falta de apoio por parte do estado e dos demais órgãos competentes torna a luta ainda mais árdua, o que não desestimula os camponeses que vêm e têm lutado contra a expropriação e exploração que essa minoria provoca no campo paraibano.

Tabela 4, Estrutura fundiária paraibana, 2012

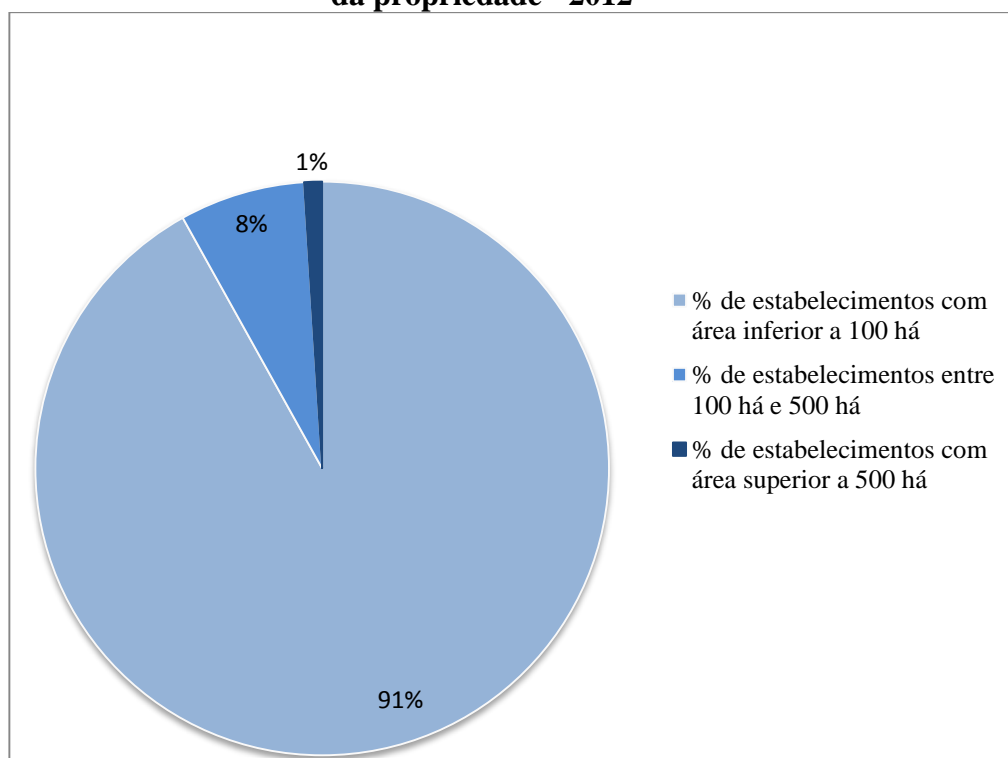
Classes de Área		Nº de Imóveis	Área
Pequena	MENOS DE 1	3786	1987,35
	1 A MENOS DE 2	10133	12974,58
	2 A MENOS DE 5	27589	87150,13
	5 A MENOS DE 10	23331	160131,44
	10 A MENOS DE 25	26164	405446,22
	25 A MENOS DE 50	13969	481327,97
Média	50 A MENOS DE 100	8570	585147,80
	100 A MENOS DE 250	6085	914091,60
Grande	250 A MENOS DE 500	1930	658695,82
	500 A MENOS DE 1000	751	499742,16
	1000 A MENOS DE 2000	207	281297,62
	2000 A MENOS DE 2500	21	46022,17
	2500 A MENOS DE 5000	39	128969,38
	5000 A MENOS DE 10000	9	50.890,68
Total		122.584	4.313.874,93

Fonte: INCRA *apud* DATALUTA, Banco de Dados da Luta pela Terra, 2013

A tabela acima, valendo-se agora dos dados do INCRA, mais atualizados, nos mostra que a concentração de terras no estado só aumentou ao longo do tempo. Pois o número das pequenas produções é da ordem de 113.542 imóveis, enquanto médios e grandes juntos são 9.042 imóveis. Verifica-se que os pequenos representam 91% do total destes no estado, enquanto os médios representam 8% e os grandes representa apenas 1% do número total de imóveis na Paraíba. No entanto quando convertemos os números em hectares a representação é: os pequenos estabelecimentos ocupam 40,1%

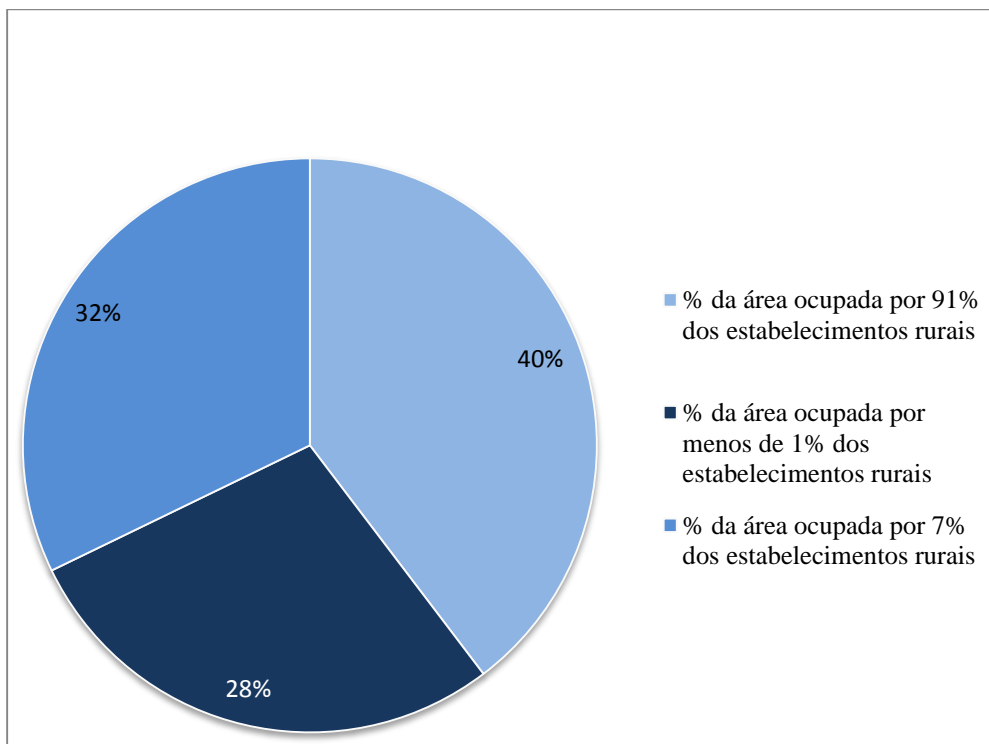
do total, enquanto os médios e grandes ocupam 59,9% de área em hectare, de modo que se detecta que embora o número de pequenos estabelecimentos sejam infinitamente maior que os médios e grandes juntos, a área que estes ocupam torna-se extremamente maior quando comparados os números de imóveis. Dessa forma constatamos a grande concentração de terras que com o passar dos anos só aumenta, diminuindo o número de propriedades de pequenos agricultores. Como se pode verificar nos gráficos a seguir:

Gráfico 2 - Percentual de estabelecimentos rurais considerando o tamanho da propriedade - 2012



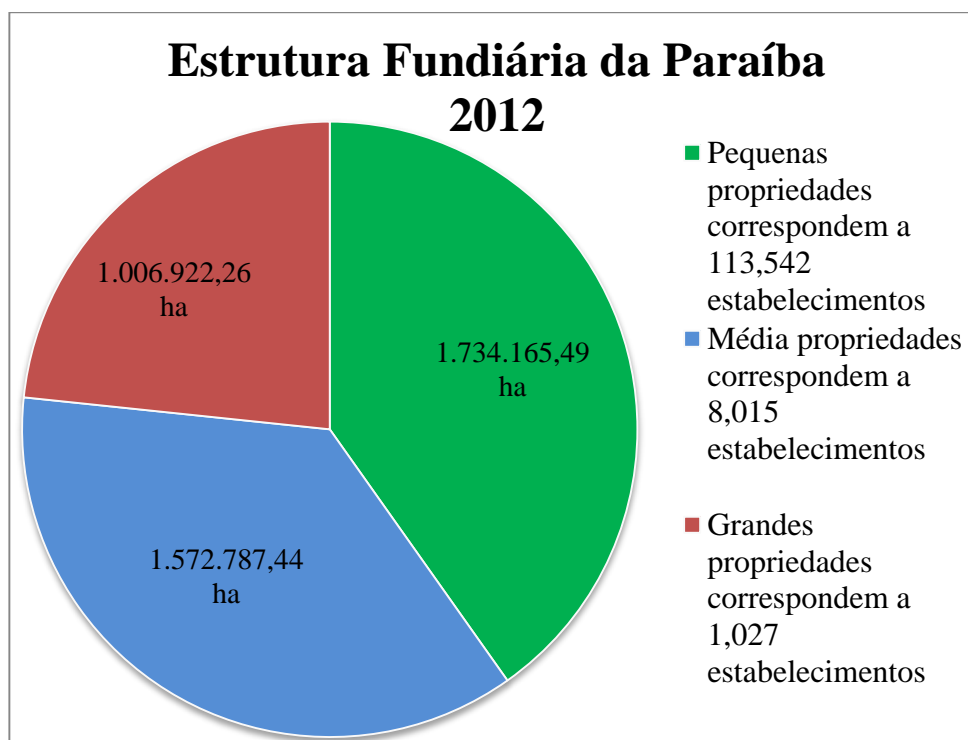
Fonte: INCRA apud DATALUTA. Banco de Dados da Luta Pela Terra, 2013. Organização da autora

A análise é bem simples, verifica-se no gráfico acima que 91% dos estabelecimentos rurais na Paraíba ocupam uma área inferior 100 hectares, 8% ocupam áreas que variam de 100 a 500 hectares e 1% dos estabelecimentos ocupam área superior a 500 hectares o que caracteriza a concentração fundiária, onde o camponês perdeu e continua perdendo o acesso à terra para os latifundiários, o capital e o agronegócio que por conseguinte fomentam a reserva de mão-de-obra camponesa tão necessária para esse ciclo de exploração e manutenção do poder.

Gráfico - 3 Percentual de área ocupada por estabelecimento rural - 2012

Fonte: INCRA apud DATALUTA. Banco de Dados da Luta Pela Terra, 2013. Organização da autora

De modo que é mister afirmar a desigualdade existente na estrutura agrária paraibana onde 91% dos estabelecimentos ocupam apenas 40% de toda área rural do estado, enquanto 8% dos estabelecimentos ocupam 32% da área rural e o mais estarrecedor apenas 1% dos estabelecimentos ocupam uma área de 28% do total da área rural paraibana. A partir da visualização dos gráficos fica claro o fato de que a Paraíba está completamente dentro do processo de concentração fundiária que historicamente tem extirpado o camponês de sua terra de trabalho, onde os grandes latifúndios são propriedades de um número pouco representativo de pessoas que dominam o território rural paraibano.

Gráfico 4: Área ocupada em hectares quanto ao número de estabelecimento

A partir do gráfico 4, é possível ter uma ideia real da concentração fundiária na Paraíba e da contradição presente nesse cenário. Segundo Oliveira (2008, p.492) “o processo de concentração fundiária brasileira apresenta-se ainda mais fortemente acentuado quando se passa do nível regional para o estadual”.

No Nordeste e na Paraíba, o cenário se repete, a concentração é intensa, e a questão agrária no estado em questão é herança do processo de colonização portuguesa, fundada sobre a propriedade rural e a produção do açúcar para a exportação. Targino e Moreira (2000), afirmam que a organização agrária da Paraíba é, portanto, o resultado de um longo processo, consolidado em torno do monopólio da propriedade da terra, da exploração do trabalho e da produção de um excedente para a exportação.

A distribuição territorial da concentração fundiária no Brasil é desigual. Essa desigualdade tem raízes na história de cada região. Assim o Nordeste que possui uma estrutura herdada sobretudo do período colonial, apresentava em 1995/96 uma elevadíssima participação percentual dos estabelecimentos de menos de 100 ha (94,2%)... É a face contraditória da estrutura fundiária brasileira: ela expande simultaneamente latifúndios e unidades camponesas desigualmente pelo território brasileiro.(OLIVEIRA, 2008, p.489).

Tais fatos nos levam a entender que, a terra concentrou-se nas mãos de poucos, sobretudo daqueles que detinham o poder, e disso decorre a desigualdade, que afeta

diretamente o desenvolvimento do estado, o que também explica em parte, a desigualdade no campo, no estado em questão. E é essa questão que norteia a atuação do MST na Paraíba e primordialmente em João Pessoa.

3 - ATUAÇÃO DO MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA EM JOÃO PESSOA NO BIÊNIO 2013/2014¹

A face urbana do MST, a atuação em 2013

Nesse capítulo centramos esforços em registrar e caracterizar a atuação do MST na cidade de João Pessoa, capital do Estado, para dessa forma pensarmos sobre a atuação urbana de um movimento social no campo.

MST ocupa INCRA em João Pessoa e exige o assentamento de 2500 famílias.

Na segunda-feira 20 de maio de 2013, mais de 300 famílias, de todo o estado da Paraíba, do MST ocuparam a sede do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) em João Pessoa. Os Sem Terra apresentaram uma pauta de reivindicações para o governo estadual e federal, como a obtenção de terras, habitação rural, implantação do programa de alfabetização “Sim eu posso” e convênio com o governo estadual para a desapropriação de terras por interesse social.

Os trabalhadores rurais reivindicaram maior empenho do órgão federal para desapropriação de terra, já que para o próximo período estão marcadas apenas três vistorias de possíveis latifúndios improdutivos, número insuficiente para resolver o problema de mais de 2500 famílias acampadas no estado.

No mesmo dia os manifestantes realizaram uma primeira reunião com a presença do superintendente regional do INCRA, Cleofas Ferreira Caju, tendo como ponto de pauta a questão da obtenção de terras, uma vez que há acampamentos que estão a mais de 12 anos esperando pela desapropriação das terras. Segundo Adarlan, um dos líderes do MST na Paraíba, no período de ocupação do INCRA, foi realizada ainda outras duas reuniões, uma junto ao DNOCS, Departamento Nacional de Obras Contra as Secas, para reivindicar perfurações de poços e limpeza de açudes nos assentamentos e outra com a Caixa Econômica Federal, para reivindicar liberação de linhas de crédito para construção de habitações rurais.

Figura 1- Ocupação do INCRA pelo MST



Fonte: Pesquisa de campo, abril 2013

Acervo: Josilena O. T. da Silva

Figura 2 - Ocupação do INCRA pelo MST



Fonte: Pesquisa de campo, 2013

Acervo: Josilena O. T. da Silva

Os integrantes do MST ocuparam a sede do INCRA por duas semanas no mês de maio de 2013.

MST fecha rodovias na Paraíba em dia de lutas e se dirigem à João Pessoa.

No dia 09 de julho de 2013, Cerca de 500 trabalhadores rurais realizaram o trancamento de diversas BRs na Paraíba. A BR230 foi fechada no trecho próximo ao município de Sousa. A BR 361 foi trancada na proximidade dos municípios de Catingueira e Olho d'Água, e a BR 101 no trecho que liga a Paraíba a Pernambuco.

Os trabalhadores rurais se dirigem à capital João Pessoa para se somarem aos atos dos trabalhadores urbanos, que se mobilizam na cidade, realizando trancamento de ruas.

Figura 3: O MST já em João Pessoa, rumo a sede do INCRA



Fonte: Pesquisa de campo, 2013
Acervo: Josilena O. T. da Silva

As ações são parte do dia nacional de lutas, organizado por centrais sindicais e movimentos sociais para exigir pautas centrais dessas organizações, como 10% do PIB para investimentos em educação e saúde, redução da jornada de trabalho, democratização dos meios de comunicação e Reforma Agrária.

Integrantes do MST realizam marcha em João Pessoa, em 15 de outubro de 2013

Eles estão armando acampamento na sede do INCRA. A coordenação do movimento informou que no INCRA será realizada uma manifestação e que o MST que ser recebido pelo superintendente do órgão. Eles devem apresentar uma pauta de reivindicações. Temos como ponto central a questão da reforma agrária. “Queremos denunciar que o governo (federal) não tem compromisso com a reforma agrária. Vamos acampar no INCRA e queremos também uma audiência com o governo do estado. O órgão espera a entrega da pauta de reivindicações para se posicionar”.

MST ocupa agência bancária em João Pessoa

Representantes do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra ocuparam na manhã desta quarta-feira (16) uma agência da Caixa Econômica Federal na Avenida Eptácio Pessoa, em João Pessoa.

Na terça-feira (15), os trabalhadores realizaram uma marcha que seguiu do assentamento Wanderley Caixe, em Caaporã, até a sede do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária INCRA, no bairro Pedro Gondim, na capital, onde armaram acampamento.

Figura 4: MST ocupando o INCRA



Fonte: Acervo da autora. Pesquisa de campo, 2013

Integrantes do MST ocupam Ministério da Agricultura na Paraíba

No dia 21 de outubro de 2013 integrantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) ocuparam a sede da representação do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento no estado, em João Pessoa, na manhã desta segunda-feira (21).

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) confirmou a ocupação, que tem por objetivo reivindicar que o governo promova a desapropriação de fazendas para a reforma agrária, além de tomar outras medidas para beneficiar economicamente os camponeses. O superintendente do ministério no estado, Lúcio Matos, explicou que o grupo queria confirmar a participação do órgão numa reunião marcada para a quarta-feira (23) na sede do INCRA com vários órgãos federais ligados ao movimento.

Figura 5: MST no Ministério da Agricultura



Fonte: site Paraiba.com.br

Integrantes do MST ocupam Centro Administrativo do Estado em João Pessoa

Integrantes do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) ocuparam o Centro Administrativo da Paraíba na manhã desta segunda-feira (21/10).

Figura 6: MST ocupando o Centro Administrativo Estadual



Fonte: site G1 Paraíba

As ações do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) na cidade de João Pessoa se justifica no sentido de colocar em pauta, dentro das instituições e com os gestores destas, reivindicações extremamente relevantes para os camponeses que estão em luta e para aqueles que já estão assentados, e, ainda, dar visibilidade ao movimento e conseguir o apoio da opinião pública por meio de informações que esclareçam o verdadeiro objetivo do MST, como também promover o retorno do camponês a terra de trabalho que há muito lhe foi expropriada.

Em 2013, os integrantes do MST ocuparam ainda a sede da CONAB e do DNOCS na capital.

[...] a ação do movimento visa evidenciar a existência do movimento. Existe uma pauta de reivindicação na Caixa Econômica Federal pela liberação de crédito para o PNH rural e liberação de créditos para custeio de investimentos, embora haja a alegação que não tem dotação orçamentária. No INCRA a pauta é obtenção de terras e distribuição de cestas básicas. Já no Centro Administrativo a reivindicação ao governo do estado é a desapropriação de terras nas Várzeas de Sousa e Aparecida, desapropriação de áreas por interesse social, que são áreas que estão abaixo do módulo fiscal do INCRA⁴ e ainda compra de sementes das áreas de assentamento. Na CONAB a reivindicação é o projeto PAA Programa de Aquisição de Alimentos e liberação de recursos. (Adarlam, coordenação do movimento 15/10/ 2013)

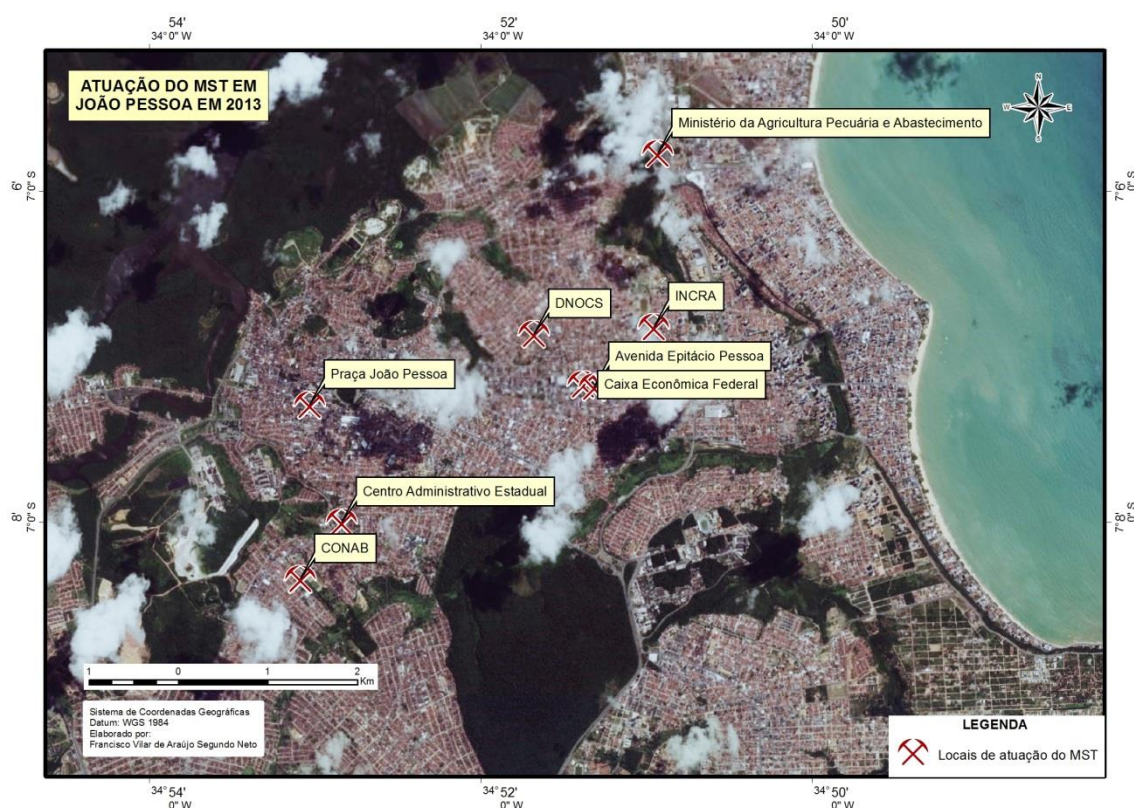
A partir das falas do integrante da coordenação do movimento e das informações expostas, fica notória a importância das ações do Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra em João Pessoa para os camponeses de toda a Paraíba, pois estas ações reivindicam um posicionamento do governo do estado e do Estado referente a implantação da Reforma Agrária atrelada a implementação de políticas públicas que dê suporte técnico e financeiro a partir da implantação dos assentamentos. Pois é mister dizer que o assentar não é o fim processo, apenas parte dele, de modo que se faz necessário dar continuidade a luta para além do assentamento, em virtude de os camponeses precisarem de todo um aparato para que possa ser possível produzir e se reproduzir enquanto camponês.

Segundo Morissawa (2001), o MST conduz trabalhadores sem terra às grandes cidades para manifestações e passeatas, na tentativa de chamar a atenção para seus problemas. Essa é uma forma de o movimento ganhar visibilidade.

Ressaltar a relevância da atuação do movimento (MST) no cenário urbano pessoense, identificando a importância da luta para a classe camponesa paraibana, se faz relevante em virtude da necessidade de se entender o processo de luta do movimento social do campo ocorrer em cenário urbano e o rebatimento desta luta no estado.

⁴ INCRA – Módulo Fiscal - Unidade de medida expressa em hectares, fixada para cada município, considerando os seguintes fatores: Tipo de exploração predominante no município; Renda obtida com a exploração predominante; Outras explorações existentes no município que, embora não predominantes, sejam significativas em função da renda ou da área utilizada; Conceito de propriedade familiar.

Mapa 2: Ocupação e atuação do MST em João Pessoa, 2013



Elaboração: Francisco Vilar de A. S. Neto, 2015.

O mapa 2 representa todas as ocupações no município de João Pessoa no ano de 2013. As ocupações das instituições diretamente ligadas ao processo de estruturação agrária brasileira/paraibana é o elemento central da luta pela terra realizada pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra no cenário urbano, pois é a partir dessas ocupações/articulações que o MST e faz presente ao Estado, ao mesmo tempo em que não deixa a pauta da Reforma Agrária sair da ordem do dia.

Essa realidade se manifesta na cidade, lugar econômico e sobretudo político por excelência do mundo industrializado, onde as necessidades e o sentido da Reforma Agrária passam a fazer parte dos discursos dos partidos, dos sindicatos e, de certa forma do Estado. Contudo aqui se coloca uma questão essencial (FERNANDES, 2006. p 54)

Dessa maneira, embora a pauta em questão não figure como prioridade na agenda do Governo, com a exposição desta através da atuação do MST o Estado não poderá ignorar as demandas dos camponeses e a urgência da questão agrária.

3.1- Reivindicações do MST em 2013

Após a ocupação do Centro Administrativo e na audiência ocorrida no dia 9 de maio desse ano com o governador Ricardo Coutinho foi negociada uma pauta de reivindicações, mas a maioria dos acordos ainda não foram cumpridos. Faltam políticas públicas de cultura, saúde, esporte e lazer para à população do campo. No que se refere a produção, alguns compromissos foram realizados, mas ainda não saiu da promessa o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) Estadual, criação de agroindústrias e os campos de sementes. Diante da seca, a distribuição de alimento para os animais não está sendo suficiente para todos os agricultores que deveriam ser beneficiados. Outra denuncia feita pelos trabalhadores rurais é que enquanto está sendo utilizada água potável no perímetro irrigado das Várzeas de Souza, a população das cidades vizinhas sofrem cruelmente com os efeitos da seca.

Na educação, há um total descaso com a alfabetização de adultos, pois, mesmo com o financiamento do governo federal, não foi oferecida sequer uma hora de capacitação para os alfabetizadores. Nenhuma parede foi levantada para a construção das escolas do campo.

Em relação à saúde do campo no estado da Paraíba, mais de 80% das áreas de assentamentos não tem nenhum tipo de tratamento de água potável e de saneamento básico, fazendo com que ainda exista locais em que as pessoas morrem por doenças básicas. Mais de 95% das áreas não têm assistência de uma equipe de saúde básica, mesmo todas estando inseridas no Sistema Único de Saúde (SUS).

Apesar de o Governo Federal ter lançado um programa específico para a saúde do campo, ainda nada não foi implantado nas áreas de assentamento. Ademais, os manifestantes denunciam que as comunidades das Várzeas de Sousa estão sendo afetadas pelo uso incontrolado de agrotóxico, e por isso exigem um estudo de metais pesados nas áreas vizinhas ao perímetro irrigado em Sousa.

3.2- A atuação do MST em João Pessoa no ano de 2014

Ocupação do INCRA pelas mulheres do MST em abril

Mais de 350 mulheres e crianças Sem Terra ocuparam a sede do INCRA na Jornada das Mulheres que se estendeu por várias instituições nos meses de abril e maio.

Mulheres Sem Terra ocupam Conab e exigem a entrega de produção

A ação, que aconteceu na última quinta-feira (8) maio de 2014. Mais de 350 mulheres e crianças Sem Terra ocuparam a sede da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), em João Pessoa (PB), durante a Jornada Nacional de Lutas pela Reforma Agrária. Reivindicando a suspensão da normativa que inviabilizou a entrega de bolos, doces e outros produtos, produzido por grupos de mulheres nos assentamentos para o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA³).

Figura 7: Atuação das mulheres do MST em João Pessoa



Fonte: site G1 Paraíba

Conquistas das Mulheres

Na continuidade da jornada de lutas, as mulheres participaram de uma reunião na sexta-feira (9) com a Agência Estadual de Vigilância Sanitária (AGEVISA) e com a Secretaria de Estado do Desenvolvimento da Agropecuária e da Pesca (SEDAP). Ambos os órgãos se comprometeram em fazer os laudos para os grupos de mulheres continuarem entregando os produtos ao PAA.

Comissão é criada para discutir conflitos agrários na Paraíba

Representantes do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) se reuniram, na manhã desta terça-feira (22 de abril), com integrantes da Secretaria de Desenvolvimento Humano da **Paraíba** (Sedh), da Polícia Militar e do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), em **João Pessoa**, para discutir a questão das ocupações do movimento na Paraíba. No encontro foi definida a criação de uma comissão que irá analisar oito pontos apresentados pelos representantes do MST, com a primeira reunião marcada para 1º de agosto.

A comissão será formada por representantes do MST, Secretaria de Desenvolvimento Humano, Secretaria de Segurança Pública, Polícia Militar, INCRA e movimentos sociais, para dar andamento prático aos pontos colocados em discussão. Durante o tempo de reuniões, tanto as ocupações como as ordens de despejo estão suspensas em todo estado da Paraíba.

Comissão foi criada na manhã desta terça-feira (22), em João Pessoa. Ela irá discutir oito pontos apresentados por representantes do MST. Comissão se reúne com superintendente do Ministério. Na próxima quarta-feira haverá um novo encontro com vários órgãos.

Grupo do MST faz manifestação na sede da CONAB em João Pessoa

Ato público interdita trânsito na principal Avenida de João Pessoa

Outro grupo de integrantes do MST também fez manifestação num trecho da Avenida Epitácio Pessoa. Para cobrar da Caixa Econômica Federal a liberação de recursos para a construção de moradias de famílias assentadas.

Figura 8: Ato público do MST na Avenida Epitácio Pessoa



Fonte: site Pb Agora

Na semana passada o MST fez outras duas ações semelhantes na capital. **A primeira foi na quarta-feira (07 de maio) na Caixa Econômica Federal** para cobrar a liberação de recursos para a construção de moradias de famílias assentadas.

Figura 9: MST Ocupando a Caixa Econômica Federal em João Pessoa



Fonte: site G1Paraíba, 2014

A segunda foi na quinta-feira (8) na Companhia Nacional do Abastecimento (CONAB) cujo objetivo foi protestar contra a suspensão da parceria entre o MST e o órgão para compra e venda de produtos por meio do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).

12 de maio, Integrantes do MST ocupam Ministério da Agricultura na Paraíba

Integrantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) ocuparam a sede da representação do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento no estado, em João Pessoa, na manhã desta segunda-feira (12). O superintendente do ministério no estado, Lúcio Matos, explicou que o grupo queria confirmar a participação do órgão numa reunião marcada para a quarta-feira (14) na sede do INCRA com vários órgãos federais ligados ao movimento.

Para a reunião da quarta-feira 14 de maio, marcada para acontecer na sede do INCRA em João Pessoa, com representantes dos diversos órgãos governamentais, acima citados, o MST já tem uma pauta definida, na qual apresentará os seguintes pontos.

Pontos apresentados pelo MST:

1. Cancelamento dos processos de reintegração de posse das seguintes áreas: Ouro Verde - Caaporã; Mangueiral - Soledade; Paraíso - Pilar; Retirada - Caaporã; Wanderley Caixa-Pedras de Fogo Salgadinho e Mogeiro.

2. Rever o gerenciamento de conflitos que hoje é feito por uma pessoa e passar a ser feita por uma equipe;

3. Identificar e punir policiais que atuam como milícias;

4. Solicitar presença do corregedor geral da polícia e da comissão de gerenciamento de crise nos momentos de despejo;

5. Proibir atuação de policiais de Pernambuco nos conflitos da Paraíba;

6. Garantir estrutura de desocupação como presença de ônibus e caminhões;

7. Retração do pelotão de choque nas áreas de conflito;

8. Oficiar o Governo de Pernambuco para que seja investigada a atuação da PM daquele estado na ação de ocupação da BR no dia 18 de julho.

Sexta-feira, 25 de Julho, MST ocupa agências da Caixa na Paraíba

Ação acontece em todo Brasil, Na Paraíba, nesta sexta-feira (25) as cidades de João Pessoa, Esperança, Patos e Sousa estão sendo atingidas pela ocupação. Segundo

informações de Augusto Arimateia Lima, coordenador do MST na Paraíba, 500 pessoas estão ocupando a agência da Capital, 600 em Sousa e 300 pessoas em Patos e Esperança. E devem ficar nas agências até a liberação dos recursos. “Reivindicamos mais de 5 mil casas em reforma e construção na Paraíba pelo programa Minha Casa, Minha Vida”, explicou Lima, lembrando que na última ocupação em maio ficou definido que a União iria fazer o aporte financeiro para as construções, mas nada foi feito até o momento. “Não avançou nada e nenhuma casa foi construída. Desde o último acordo, já protocolamos todos os projetos em assentamentos para que pudessem começar as construções”, desabafa.

Mapa 3: Ocupação e atuação do MST em João Pessoa, 2014



Elaboração: Francisco Vilar de A. S. Neto, 2015.

É importante ressaltar que a luta do MST é uma luta incessante que não termina com a conquista da terra representada pelo assentamento. Existe uma necessidade proporcionar infraestrutura ao território conquistado pelo camponês com todo o aparato que uma comunidade precisa para viver, produzir e reproduzir. É nesse contexto que o MST figura como elemento importante para que o processo tenha continuidade e que o camponês não seja esquecido pelo Estado. Pois além da luta pela Reforma Agrária, a

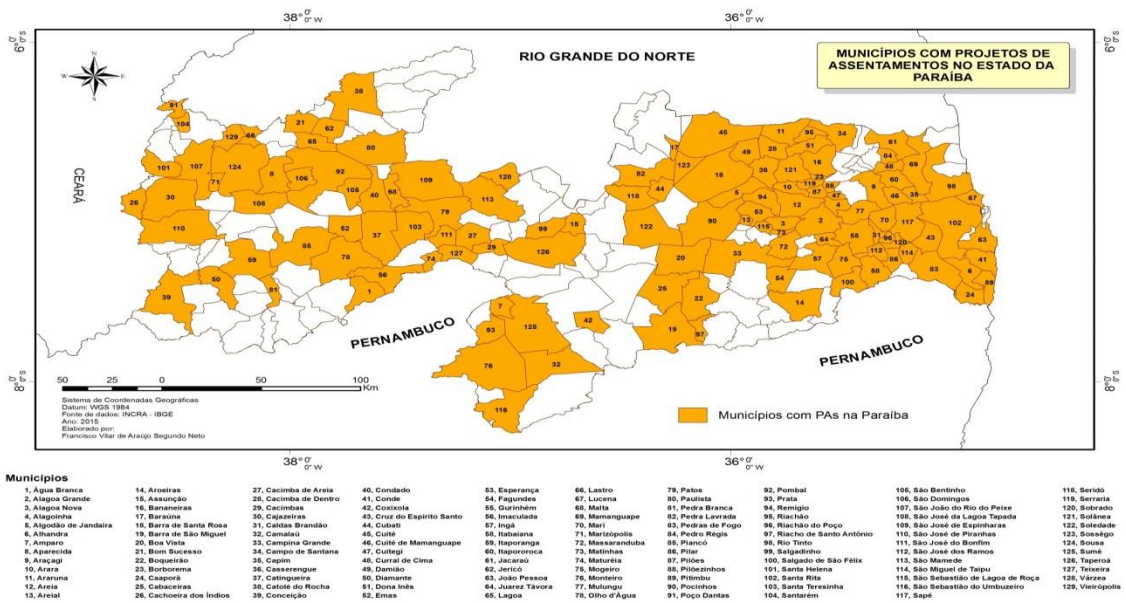
luta do MST no espaço urbano é primordialmente a luta contra a violência no campo e, a luta para que sejam direcionadas políticas públicas para os assentamentos, que por vezes são relegados ao esquecimento sem nenhum suporte técnico, tão necessário para a produção agrícola e a manutenção desses territórios camponeses.

3.3 A importância da atuação do MST em João Pessoa

De acordo com o INCRA em 2014 na Paraíba havia um total de 301 Projetos de assentamentos localizados em todas as regiões do estado, dos quais 101 são originários a partir da luta e da articulação do MST na Paraíba e das ações do movimento em João Pessoa.

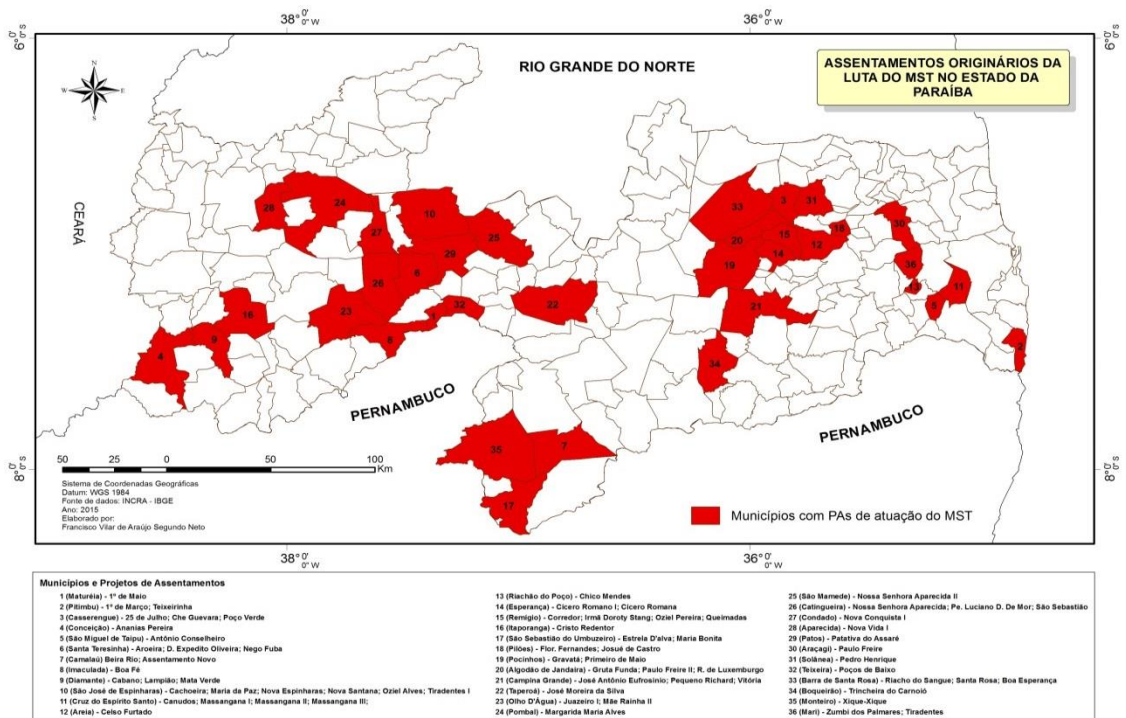
Essa realidade testifica que o MST é o mediador no processo de luta, de obtenção de terras e de melhorias para o camponês, de maneira que salientar a dinâmica do movimento em João Pessoa é primordial para que se possa constatar a considerável contribuição deste para o campesinato no estado da Paraíba. Com todas as dificuldades impressas nesse processo, o movimento está continuamente em uma batalha político/ideológica que necessita do apoio dos mais diversos seguimentos, embora seja palpável que isto configura uma luta de classe e que, portanto, dentro da conjuntura há aqueles contrários ao movimento e, que por isso emerge os entraves que dificulta a tão necessária Reforma Agrária. De modo que há a necessidade do esclarecimento das questões referentes aos acontecimentos históricos para que haja o consenso de ideias e no sentido de que algum dia todos apoie esse movimento tão salutar para toda a sociedade.

MAPA 4: Mapa de todos os assentamentos no estado da Paraíba, 2014



Fonte: INCRA, 2015 - Elaboração Francisco Vilar de A. S. Neto

MAPA 5: Mapas dos assentamentos originários da luta pela terra do MST na Paraíba e em João Pessoa



Fonte: INCRA, 2015 - Elaboração Francisco Vilar de A. S. Neto, 2015.

Os Mapas 5 e 6 caracteriza a territorialização do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra na Paraíba, de maneira que é importante evidenciar que a luta do

movimento é primordial no que se refere a fomentar as decisões dos governos federal e estadual com relação a desapropriação de terras para fins de Reforma Agrária e o direcionamento de políticas públicas para os assentados.

Sabe-se que o MST não tem o poder de transformar o território no que se refere a desapropriações de terras, pois estas ações só podem ser efetivadas pelo Governo Federal, mas, através da luta: ocupações, acampamentos, passeatas, articulações e politização, colocadas em prática no espaço urbano atrelado as ações no campo, o movimento impulsiona essas ações. O que conseqüentemente, mesmo que com morosidade, leva a conquista da terra e, por conseguinte a um processo de transformação do território depois da obtenção das terras, este vai passar de um latifúndio improdutivo a um território camponês.

3.4 Reivindicações do MST em 2014

Em 2014 as demandas do MST através da sua atuação em João Pessoa foram basicamente as mesmas de 2013, durante a ocupação da Praça João Pessoa a coordenação do movimento se reuniu com o governador Ricardo Coutinho para reivindicar construções de escolas nos assentamentos, liberação de crédito para a construção de poços artesianos, o programa de alfabetização “sim eu posso”, o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) Estadual, políticas públicas de cultura, saúde, esporte e lazer para à população do campo.

No INCRA as demandas são: dez vistorias em áreas a serem desapropriadas, distribuição de cestas básicas e liberação de crédito para custeio de investimentos em equipamentos.

As denúncias de que as comunidades ribeirinhas das Várzeas de Sousa estão sendo afetadas pelo uso incontrolado de agrotóxico, e por isso exigem um estudo de metais pesados nas áreas vizinhas ao perímetro irrigado em Sousa continuam.

Na Caixa Econômica Federal a reivindicação é liberação de crédito para o PNHR para a construção de três mil casas em assentamentos.

3.5 Resultados das reivindicações do MST em 2013 e 2014

Por meio das ações e articulações do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra na cidade de João Pessoa, o que avançou em termos de ganho para o campesinato paraibano. Foram construídos poços artesianos em assentamentos do litoral, na Várzea e no sertão através de subsídios do estado, foram providenciados ainda tratores e irrigação com energia solar também em assentamentos do litoral, da Várzea e uma parte do sertão, também por meio de programas do governo do estado. Houve avanço também no projeto Programa de Aquisição de Alimentos para assentamentos do litoral sul, da Várzea e do Curimataú e ainda o Programa Nacional de Alimentação Escolar, para os mesmos assentamentos acima citado.

O que ficou pelo caminho, no INCRA não houve avanço significativo: das dez vistorias pleiteadas foram realizadas apenas duas; a Caixa Econômica Federal construiu apenas três casas das três mil acordadas; das quatro escolas que seriam construídas, apenas uma foi iniciada. O programa de alfabetização “sim eu posso” foi arquivado pelo governo do estado. De maneira que é imperiosa a continuidade da atuação do MST na cidade de João Pessoa para que dessa forma o movimento consiga exortar os governos estadual e federal para que estes efetivem os programas que vão dinamizar o território camponês no estado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo precípua da pesquisa foi ressaltar as ações mais contemporâneas do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra em João Pessoa, utilizando o recorte temporal 2013 – 2014, sendo necessário analisar o processo agrário no qual a Paraíba está envolvida. De modo que é contundente que a questão agrária na Paraíba tem suas raízes na própria história do país, marcada por uma sucessão de injustiças com índios, escravos e camponeses. É uma questão que envolveu e envolve conflitos. Os conflitos e as desigualdades no campo só cresceram. O que justifica o surgimento de grupos camponeses dispostos a fomentar mudanças no campo através de atuação, organização e articulação no cenário urbano.

Portanto, a necessidade de transferir a luta para a cidade, se deu primeiro por conta das instituições, em que ocorrem as discussões referentes à Reforma Agrária e seus desdobramentos, estarem instaladas nas cidades; segundo, em uma tentativa de os camponeses diretamente envolvidos nas ações de luta pela terra não sofrerem violência física por estar mais exposto ao público e ainda para dar, primordialmente notoriedade ao movimento, pois este precisa do apoio da população. Referente a isto Fernandes (2006 p. 240) afirma:

Outro ato público importante é a ocupação de prédios e instituições governamentais: secretarias, institutos, palácio do governo, etc. A solução política da luta pela terra começa com as ocupações dos latifúndios e se expande para a cidade, lugar onde será desenvolvida a negociação a respeito do problema apresentado pelos trabalhadores.

Conclui-se que: a luta posta na cidade é uma luta político/ideológica e extremamente necessário em virtude da urgência das demandas do campo, referente aos camponeses, pois, mesmo diante de ações anuais realizadas repetidamente em João Pessoa, que reivindicam melhorias no campo, as dificuldades e a morosidade são elementos que norteiam os processos reivindicatórios do movimento. Os governos, no caso específico, da Paraíba, todos os anos promete melhorias e ações para fortalecer o campesinato e, no entanto, pouco se faz em relação aos camponeses assentados, o que leva o movimento a realizar novas investidas continuamente, no intuito de ver as reivindicações atendidas.

Isto posto, é relevante referendar que a luta não pode esmorecer, sob pena de o campesinato sofrer violentas perdas estruturais e a produção alimentar ser seriamente

ameaçada, enquanto o agronegócio detém toda atenção do Estado. Referente a esse contexto, Gorender (2004, apud LAZZARETTI, 2007, p 168) afirma:

Uma reforma agrária no Brasil não pode deixar de considerar como prioridade a linha de desenvolvimento camponês, o que significa a distribuição da terra dos latifúndios para exploração familiar. Para este autor, com apoio creditício, técnico e comercial do Estado, desvincilhada da pressão latifundiária, a exploração familiar camponesa florescerá e beneficiará a economia do país numa escala hoje inimaginável. Mas, continua. A reforma agrária nas condições brasileiras deverá ter uma outra linha paralela ao desenvolvimento camponês: a linha de transformação das grandes empresas agrárias e pecuaristas em grandes explorações coletivizadas: cooperativistas ou estatais.

De acordo com o que foi evidenciado neste trabalho é imprescindível que os governos Federal e Estadual tenham uma postura mais compromissada com o campesinato brasileiro/paraibano em virtude da importância que estes representam na produção de alimentos e geração de renda.

Em vista disso, é necessário que ocorra uma organização por parte de todas e todas na luta do MST, pois essa não é uma luta apenas do campesinato, mas de toda a sociedade.

Felizmente o MST é um movimento incansável, voluntarioso, obstinado, decidido a construir um espaço onde haja justiça social, o caminho é longo e o processo é árduo, todavia através da perseverança, da persistência e do apoio da sociedade, é possível.

Por consequência, nos dias atuais o MST, estende-se em 22 estados tendo como objetivos definidos o que já se desejava quando foi fundado no I Congresso Nacional realizado em Curitiba em 1985: lutar pela terra, pela Reforma Agrária e lutar para que todos sejam iguais. No caso paraibano o MST continua desenvolvendo lutas, para que, através destas o cenário rural torne-se um território mais justo.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Constituição Federal Brasileira de 1988

Censo Agropecuário IBGE - 1995/96.

Censo Agropecuário IBGE – 2006.

FERNANDES, Bernardo, Mançano . **Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais: contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos Sociais** Revista do NERA – Ano 8, Nº 6 – Rio de Janeiro/Junho de 2005.

_____. **A Questão Agrária, pesquisa e MST.** São Paulo: Cortez, 2000. (atualização Terra Livre, 15, 2000).

_____. **MST Formação e territorialização.** São Paulo: Hucitec, 1996

_____. **A Formação do MST no Brasil.** Petrópolis: Vozes, 2000

-----, **MST: movimento dos trabalhadores rurais sem terra, formação e territorialização em São Paulo.** São Paulo: Hucitec: 2006

LAZZARETTI, Miguel Ângelo. **A PRODUÇÃO DA AÇÃO COLETIVA NO MST: RELAÇÕES DE PODER E SUBJETIVIDADE** (Tese de doutorado) Departamento de Filosofia da Universidade Federal de Campina Grande, Paraíba 2007

MARTINS, José Souza. **Os camponeses e a política no Brasil.** Petrópolis: Vozes, 1981.

MOREIRA, Emilia; TARGINO, Ivan. **Questão agrária e luta pela terra na Paraíba.** NERA – Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária – Artigo DATALUTA: setembro de 2012. Disponível em: www.fct.unesp.br/nera. Acesso em 17 de maio de 2015

MORAES, Antônio Carlos Robert; COSTA, Wanderley Messias da. **Geografia Crítica: a valorização do espaço.** 4 ed. São Paulo: Hucitec, 1999.

MORISSAWA, Mitsue. **A História da luta pela terra e o MST.** São Paulo, Expressão popular, 2001

MITIDIERO JUNIOR, Marco Antonio. **AÇÃO TERRITORIAL DE UMA IGREJA RADICAL: Teologia de Libertação, Luta pela Terra e Atuação da Comissão Pastoral da Terra no Estado da Paraíba** (Tese de doutorado) Departamento de Geografia, Faculdade de filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2008

MITIDIERO JUNIOR, Marco Antonio. **A AGRICULTURA CAPITALISTA NO BRASIL** Territorialização: conceito explicativo da luta pela terra?. KLEPSIDRA 2001

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino **A Geografia Agrária e as transformações Territoriais Recentes no Campo Brasileiro**. In: Novos Rumos da Geografia Alessandri A. F. C. (org.), São Paulo: Contexto, 2005.

_____. **O Século XXI e os conflitos no campo: modernidade e barbárie**. Goiânia In.: Conflitos no campo do Brasil, CPT/Ed. Loyola, 2002

THOMAZ JÚNIOR, Antonio. **Trabalho, Reforma Agrária e Soberania Alimentar** (Elementos para recolocar o debate da classe trabalhadora e da luta de classe no Brasil)
REVISTA ELECTRÓNICA DE GEOGRAFÍA Y CIENCIAS SOCIALES Universidad de Barcelona Vol. XI, núm. 245 (46), 1 de agosto de 2007
[Nueva serie de Geo Crítica. Cuadernos Críticos de Geografía Humana]